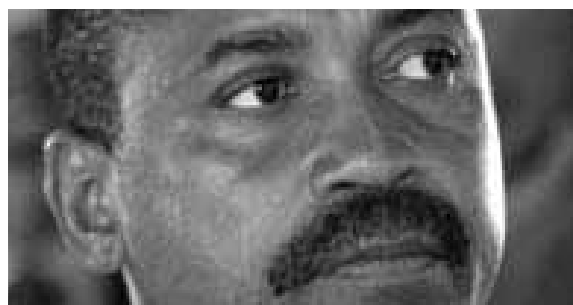


Rusga na Air Luxor

Pág. 13

ENTREVISTA-MINISTRO DA JUSTIÇA



“É EVIDENTE A SUPERLOTAÇÃO NAS CADEIAS DO PAÍS”

Págs. 8-11

SOCIAL

TRAFICANTE
INTERNACIONAL
PRESO NA PRAIA

Pág. 16

ESPECIAL SUPLEMENTO




BOEING E AIRBUS medem forças na TACV

Págs. 2-5



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM, a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede 



GARANTIA
Com o apoio da Rede de Caixa ATM

Contacte-nos!

João Pereira, em Paris, à procura de aviões

João Pereira, tido como exonerado da direcção da manutenção e operações da TACV, a seu pedido, participou na semana passada, em Paris, no Salão Internacional de Aeronáutica e Espaço (SIAE), que todos os anos se realiza nessa cidade francesa e que conta geralmente com a participação de grandes operadores do mundo da aeronáutica.

No caso de Pereira a sua participação no referido certame não deixa de ser estranha, porquanto – conforme o próprio admitira a este jornal do dia 15 – se demitiu do cargo que exercia na TACV por “razões pessoais”. Por mais de uma vez, via telefone, este jornal procurou esclarecer junto dele algumas questões relativas a este dossier e, em todas, ele disse não poder atender-nos por estar em reuniões importantes.

A dado momento, Pereira soltou que estava a participar nas “negociações” relativas ao terceiro aparelho que a TACV pretende adquirir para a linha Cabo Verde e Portugal. E prometeu que, mal chegasse à Praia, na quarta-feira, 20, contactaria este jornal, até porque, asseverou, tinha todos os motivos para isso. Infelizmente, uma semana depois, a promessa não se concretizou.

Pró-Praia preocupada

A Pró-Praia, através do seu presidente João Gomes, diz-se preocupada com um conjunto de questões que se prendem com a TACV e que passam pela cidade-capital. A transferência e concentração das agências daquela empresa no Aeroporto da Praia, a deslocalização dos voos da Europa (Amsterdão e Paris) para o Sal, em vez da Praia, são outras dessas preocupações.

Para Gomes, não faz sentido que alguns voos da TACV estejam a ser concentrados no Sal quando, do ponto de vista comercial e prático para os utentes, por se tratarem de “linhas étnicas”, a maioria dos passageiros embarca ou desembarca na Praia. “A consequência imediata da medida adoptada pela actual direcção da TACV é que os voos de Amsterdão e Paris passaram a ser feitos com menos de 30 passageiros. As pessoas hoje preferem viajar até Lisboa e de Lisboa para Praia. Em resultado disso, a linha Amsterdão e Paris tornou-se deficitária”.

Um outro caso apontado por Gomes é o do voo para Fortaleza (Brasil). “Soubemos através de A Semana que os voos para Fortaleza vão passar a ser diários, com turistas vindos da Europa, mas com escala no Sal. Enquanto o turista, que viaja seis a sete horas para o Sal e depois para Fortaleza, paga em torno de 30 contos, o passageiro cabo-verdiano paga mais do dobro, cerca de 70 contos. Além disso, se os passageiros de Cabo Verde (rabidantes e chineses) são maioria em 80, para não dizer 90%, desse tráfego para Fortaleza, qual a justificação para os voos serem a partir do Sal?”.

João Gomes critica, também, o facto de o “jet fuel” (combustível para aviões), continuar a ser vendido no ADP a um preço 50% mais caro do que no Aeroporto do Sal. “Esta é uma situação que decididamente está a prejudicar o normal desenvolvimento do ADP”, conclui o presidente da Pró-Praia que espera que quem de direito, ou seja, o governo e a ARE, faça alguma coisa para estabelecer a normalidade.



Airbus e Bo medem forças m

A Boeing e a Airbus, duas das mais importantes marcas da aviação civil mundial, estão de novo a medir forças em Cabo Verde. O terceiro aparelho de longo curso para a linha Cabo Verde e Portugal, é o motivo desse despique. O caso já ad na Praia a seguir os passos da Boeing no país e a oposição (MpD) a afirmar-se preocupada com o futuro da empresa. Apanhad Filiatreat, cuja gestão está a ser fortemente contestada quando faltam seis meses do ano que tem para sanear a companhia

Cabo Verde, através da TACV, está a ser alvo de uma acesa disputa entre dois pesos-pesados mundiais da aviação civil, a americana Boeing e a europeia Airbus. Na corrida para o eventual reforço da frota da TACV estão dois tipos de aparelho: o Airbus A320 e o Boeing 737-800, ambos com menos de 150 assentos. Um deles vai ser o escolhido, ao que tudo indica, para a linha Cabo Verde-Portugal (Lisboa e Porto).

Alegadamente, a Boeing parece receosa de uma hipotética preferência da direcção da TACV pelo Airbus A320, em detrimento do seu B737-800. A apreensão é maior, sobretudo, se, como julga a companhia americana, a TACV tiver que renovar toda a frota, coisa que mais cedo ou mais tarde terá de acontecer, conforme estima o director comercial da Boeing, o português João Miguel Santos (ver pág. 3).

O certo é que, mal soube de tal possibilidade, a Boeing entrou em acção, no sentido de continuar a garantir a preferência da TACV pelos seus aparelhos, algo que acontece desde os anos noventa, quando a transportadora cabo-verdiana entrou no longo-curso. Na altura, esta empresa adquiriu uma aeronave da marca americana, deixando de lado a Airbus e outras concorrentes.

No que se refere ao dossier actual, a extensa troca de correspondência, a que A Semana teve acesso, entre a actual direcção da TACV e a Boeing mostra que a companhia americana aposta

sobremaneira no negócio. Fora isso, há um mês atrás o seu representante J. Miguel Santos esteve na Praia, na companhia do seu colega Keith Williamson, para tratar do assunto. Ambos foram recebidos pelo director-geral da TACV, Gilles Filiatreat, facto que desmente, de forma cabal, informações postas a circular, na Praia, de que Filiatreat se recusara a recebê-los.

Aliás, para os devidos efeitos, Santos não só confirma que foi recebido por Filiatreat, como esclarece que apenas ele, e mais ninguém, está autorizado a falar em nome da Boeing em se tratando do dossier Cabo Verde (ver texto). Só que não é isso que acontece. Políticos, jornalistas e diplomatas têm sido, para os devidos efeitos, assediados com informações mais díspares a favor da Boeing.

De todo o modo, da correspondência entre Filiatreat e Santos, assumindo este ou não o papel de advogado do diabo, sente-se uma certa inclinação do primeiro para o A320 da Airbus. Nesse diálogo Filiatreat chega a alegar que a TACV não pode concorrer com a TAP na linha para Portugal. Santos, pelo contrário, entende que sim, que pode, desde que para isso adquira novos aparelhos (Boeing, é claro, 737-800)...

Contra os argumentos de Santos, Filiatreat defende, a dado passo, que a aquisição de um novo aparelho da Boeing levaria tempo, já que o modelo em causa não é fácil de encontrar no mercado, ao contrário do Airbus A320... Santos, aqui, contrapõe dizendo que

“Nada está

O director-geral da TACV negou a este jornal que já tenha tomado uma decisão relativa à aquisição de um terceiro aparelho de longo curso para aquela transportadora, como tem sido veiculado em certos meios. Na conversa que manteve com este jornal semanas atrás, Gilles Filiatreat reconheceu, todavia, que este é um dossier que tem sobre a mesa. Até porque a possibilidade de recorrer a um terceiro aparelho ou mesmo renovar a frota é algo que se arrasta desde a anterior administração.

“Efectivamente, estamos a precisar, neste momento, de um outro tipo de aparelho para fazer a linha Praia, Lisboa e Sal. Os dois outros Boeing 757, de 200 passageiros, vão fazer a Europa Central, ao passo que na linha Praia-Lisboa-Sal o que nós precisamos é de um aparelho com menos assentos, sobretudo se a TAP passar a voar para a Praia, coisa que, a acontecer, reduz o nosso espaço de manobra em termos de mercado. Nisto há manifestações de venda tanto da Boeing como da Airbus”, explica aquele gestor, que reconhece, neste particular, que ele e os seus colegas da administração estão também “a avaliar

qual é o aparelho mais rentável para a TACV”.

Dos contactos feitos quer com a Boeing quer com a Airbus, explica ainda Filiatreat, estão sobre a mesa duas propostas: Airbus A320 e Boeing 737-800. O “boss” da TACV reitera, a este jornal, o argumento por ele apontado aos representantes da construtora americana: a sua raridade no mercado.

“Na eventualidade de a escolha recair sobre o Boeing 737-800, podemos encontrar um período de transição”. Aliás, “a mesma coisa também pode acontecer com o Airbus A320”, acrescentando que “nisto há muitos elementos a considerar”, a saber, o período de certificação do aparelho, a formação técnica e do pessoal, os equipamentos (peças) para sustentar o aparelho etc.

Filiatreat reafirma que até agora nenhuma decisão foi tomada sobre o assunto. “Temos um plano de expansão que vai iniciar em Novembro. Estamos a prepará-lo neste momento”, diz, salientando que para ele, Filiatreat, Boeing ou Airbus são meros fornecedores de aviões, recusando com isso qualquer preferência sua a favor de quem quer que seja. “Se os estudos



Boeing na TACV

A eventualidade de a TACV recorrer, ainda que por sistema de "leasing" a Airbus, abriu contornos políticos e diplomáticos, com a embaixada americana a insistir neste fogo cruzado está o director-geral da TACV, o canadiano Gilles Filiatreatult, e a aeronave de bandeira cabo-verdiana.

Por: José Vicente Lopes

o facto de o B. 737-800 não ser fácil de encontrar atesta a sua superioridade em relação ao concorrente, e que a falta de aparelhos não é problema. A Boeing, segundo Santos, está em condições de indicar uma empresa (a espanhola Pegasus) que tem três unidades 737-800 disponíveis para venda.

O jogo de gato-e-rato entre os dois gestores prossegue em vários outros "emails" e terá terminado com o tal encontro entre ambos na semana em que o representante da Boeing esteve na Praia. Um encontro para este, presume-se, mostrar, de viva voz, as vantagens do seu produto, além de contactos com a embaixada dos EUA (ver texto).

Mas dado o tiro de partida para a obtenção daquela que pode vir a ser a terceira aeronave de longo-curso da TACV – num esquema que o ministro Manuel Inocêncio Sousa denomina de "leasing temporário" (ver pág. 5), – quem também esteve na Praia para uma "demonstração" foi a Airbus, a que assistiram vários responsáveis da TACV. Se existe ou não descontentamento da Airbus em relação à forma como as coisas estão a ser conduzidas em Cabo Verde, A Semana não conseguiu detectá-lo.

Entretanto, nisto tudo, uma fonte independente chama a atenção para um factor a não perder de vista e que pode jogar a favor da empresa europeia: o Aeroporto da Praia. Esta infra-estrutura, como é sabido, foi construída tendo como "aparelho crítico", precisamente, o Airbus A320.

já decidido”

mostrarem que o Boeing 737-800 é mais eficaz e mais rentável não teremos problemas em optar por ele. O mesmo se passará com o Airbus A320”.

Questionado se é aconselhável, do ponto de vista técnico e financeiro, a TACV, que já trabalha com aparelhos Boeing, mudar de marca, Filiatreatult contrapõe que várias são as companhias no mundo que operam com mais de uma marca e que nisto tudo há um claro "processo de intenção" dos seus adversários contra ele. "Eu não entendo por que há pessoas que querem saber o que há no quintal do vizinho", queixa-se. "Os pilotos são formados para pilotar qualquer tipo de aparelho”.

Ademais, ainda em relação à frota, Filiatreatult garante que, por agora, não se coloca a substituição, *tout court*, dos actuais dois Boeing 757 por quaisquer outros aparelhos ou marcas. "Os boeings 757 não vão sair da TACV. O que acontece é que neste momento estamos à procura de um aparelho para a linha Praia-Lisboa-Sal. É apenas esse aparelho que procuramos", esclarece, para que não haja dúvidas. "Os nossos aparelhos Boeing 757 vão fazer Paris, Amesterdão, Munique, Roma, Boston

J. MIGUEL SANTOS,
DIRECTOR DE VENDAS DA BOEING

“Cabe à TACV decidir se renova ou não a sua frota”

Director de vendas da Boeing, o português João Miguel Santos representa essa companhia não só em Cabo Verde, como em várias outras paragens - Angola, Moçambique, Maurícias, etc. Tem escritório tanto em Seattle como em Nova York e Londres. Falar com ele não é fácil. Mais do que isso, Santos confessa ter como princípio não falar à imprensa sobre os negócios que está a dirigir. Por isso as suas respostas às questões de A Semana, via telefone, num dia em que se encontrava em Londres, foram lacónicas.

J. Miguel Santos admite que a Boeing está "a tentar convencer a TACV de que precisa renovar a sua frota", mas que "cabe à TACV decidir se a renova ou não". Sobre o pé em que estão esses contactos, particularmente se está ou não desiludido com a recepção que está a encontrar em Cabo Verde, conforme fazem crer certas fontes na Praia, ele prefere não confirmar nem desmentir. "Sem comentários", diz.

Uma coisa é certa, entende Santos, independentemente de quem dirige a TACV, esta terá que, num dado momento, decidir se renova ou não a frota. "A TACV não pode continuar a voar com os aviões que tem", alega. "Em primeiro lugar porque não são propriedade da TACV, estão ao serviço da TACV em regime de 'leasing'. Em segundo lugar, são aparelhos já com alguns anos de uso, 10 a 12 anos, por isso já começam a ficar com uma certa idade, o consumo de combustível é grande e os custos de manutenção elevados”.

Sobre os "lobbies" que supostamente estão a actuar para a Boeing em Cabo Verde, Santos esclarece que a sua companhia não tem ninguém "a trabalhar" para ela neste país. "Todo e qualquer contacto entre a TACV e a Boeing é feito directamente, entre mim e essa empresa ou entre mim e o governo de Cabo Verde", avisa.

E sobre os seus contactos com a embaixada americana aquando da sua estada na Praia, J. Miguel Santos esclarece: "É nossa prática contactar as embaixadas americanas nos países onde procuramos negociar. Isso porque a Boeing é uma empresa dos EUA". Questionado também sobre o teor desses contactos, na Praia, a resposta foi: "As reuniões entre a Boeing e o governo americano são de foro privado”.

e possivelmente Londres”.

HANDLING

Entretanto, entre as várias medidas de Gilles Filiatreatult que têm estado a merecer críticas ou desconfianças de sectores ligados à TACV, consta a rescisão, há poucos meses, do contrato de "handling" que essa transportadora mantinha, em Lisboa, com uma empresa do ramo. Neste ponto Filiatreatult não perde muito tempo.

Saca de um documento no qual comprova que escreveu uma carta dando conta do descontentamento de cinco sectores, ou segmentos, em relação ao serviço prestado. Por isso e conseqüentemente, acabou por optar pela rescisão do contrato, ao ver que não havia como melhorar a situação. "Vou trabalhar com outra empresa por um preço mais barato. Precisamente: 15% mais barato”.

Para este gestor, no fundo, é tudo uma questão de contas e qualidade e enquanto estiver à frente da TACV, naquilo que lhe for possível, tem de procurar o melhor para essa empresa.

A Embaixada dos EUA na Praia está a acompanhar, com atenção que o caso merece, a disputa entre a Airbus e a Boeing – admitiu a este jornal o embaixador Dwayne Pierce. Este diplomata salienta, entretanto, a sua confiança nas autoridades cabo-verdianas, que têm dado "provas de seriedade". Quanto a "disputa comercial" entre aquelas duas marcas, qualquer que for a decisão, ela deve ser "sustentável" e "suportada" com estudos para evitar qualquer suspeita de favorecimento a quem quer que seja, aconselha o embaixador dos EUA.

Este diplomata confirmou a este jornal ter recebido os representantes da Boeing nas deslocações destes a Cabo Verde. Trata-se, segundo ele, de uma prática normal e rotineira. "A Boeing é uma empresa americana de âmbito global, é lógico que, quando os seus representantes estão num dado país eles procurem conversar com a embaixada americana nesse país”.

Dwayne Pierce recorda que a Boeing vem colaborando com Cabo Verde, em particular com a TACV, há vários anos e que, por isso, "é claro" que quer "continuar essa relação". "Basicamente é isto", salienta, em caso de qualquer novo negócio de aviões pela TACV, "a Boeing quer ter a oportunidade de concorrer com outras empresas" e esta é também a "posição oficial" de Washington. "Pensamos que a Boeing, pela sua longa experiência, pode concorrer em Cabo Verde com qualquer outra companhia”.

Sobre os rumores segundo os quais Washington está agastado com uma eventual ou suposta "preferência" da Airbus em detrimento da Boeing, e que nisso há até quem fale que "represálias" poderão surgir, nomeadamente, a nível do certificado ETOPS, vulgo categoria 1 (que permite à TACV voar para os EUA), e também do MCA, Pierce contrapõe dizendo que, por enquanto, tudo não passa de "rumores". "Obviamente, ainda não chegamos a este ponto e acredito que Cabo Verde e o seu governo têm uma muito boa imagem externa e interna. É importante manter essa imagem, que se trabalhe com transparência”.

Em síntese, diz Dwayne Pierce, qualquer que for a decisão adoptada em relação ao negócio de novos aviões para a TACV "é importante que ela seja transparente", isto é, que seja "tomada com base em estudos". "Sendo uma decisão comercial, ela deve ser aberta e transparente". E, neste ponto, Pierce faz questão de lembrar as "excepcionais relações" existentes entre Praia e Washington para garantir que seja uma ou outra a opção do Estado cabo-verdiano, desde que devidamente sustentável, "não deverá haver problemas entre os dois países”.

Questionado por último sobre qual será a atitude das autoridades americanas caso se chegar à conclusão que neste potencial negócio não houve transparência, Dwayne Pierce respondeu: "Esta é uma situação hipotética, e prefiro não entrar nessa via. Achemos que o governo cabo-verdiano vai actuar de maneira responsável, com toda a transparência e profissionalismo”.



DWAYNE PIERCE, EMBAIXADOR DOS EUA NA PRAIA

“Queremos que a Boeing tenha as mesmas oportunidades que a Airbus”

EDUINO MONIZ, PILOTO

“TACV está mal porque não há produção”

Volvidos os primeiros seis meses da gestão de Gilles Filiatreault na TACV, o clima na empresa é de muita apreensão. Dando voz a esse sentimento o presidente da Assembleia da Associação dos Pilotos, Eduino Moniz, reclama que, em vez de unir os funcionários e mobilizá-los para o desafio da recuperação da TACV, Filiatreault tratou de dividi-los, começando por lançar o pânico com a primeira vaga de pessoas mandadas para casa sem qualquer critério. O diálogo, diz, tornou-se logo difícil porquanto, para começar, não é toda a gente que consegue chegar à fala com o canadiano, por raramente parar na Praia. “Depois dos primeiros seis meses, a gestão de Gilles está cada vez mais clara. Ele não consegue convencer ninguém na companhia de que está a fazer uma boa gestão”.

E porque é o futuro da TACV que está em jogo, e com isso os dos cerca de 700 funcionários que a empresa ainda mantém, Moniz considera que o estado da TACV é mais que crítico. “A situação actual é má porque a produção caiu” assevera. E, para isso contribuiu, afirma, o fim de certas linhas, nomeadamente, para a Itália, além do voo para Amsterdam (Holanda) passar a ser via Munique, com a TAP a tratar imediatamente a cobrir esse vazio. O facto de os voos de e para Fortaleza passarem a ser operados a partir do Sal terá levado a uma retracção. Segundo um outro piloto, um dos últimos voos saiu com sete passageiros do Sal. Praia, que sempre fornece o maior número de passageiros (as rabidantes) nesse voo mostrou que, afinal, deve ser tida em conta na hora de programar os voos. A isso soma-se um conjunto de outras situações que Eduino Moniz considera pouco claras. É o caso do acordo entre a TACV e a Halcyonair cujo conteúdo, acusa, os pilotos não conhecem. “Para nós, pilotos, Gilles Filiatreault não é sério e exigimos do governo uma clarificação do que se pretende para a TACV”.

Para aquele piloto, a situação da TACV “não está a melhorar”, antes pelo contrário, “está a piorar”. Ademais, refere também, “não se pode fazer gestão apenas mandando gente para casa ou fechando serviços, com prejuízo claro para os nossos clientes”.

Guerra de lobbies?

A escolha de Sterling Merchant Finance para sanear a TACV, deixando-a em condições de ser privatizada no prazo de um ano, nunca foi pacífica. Referida como uma ilustre desconhecida no domínio de gestão da aviação civil, no concurso para a reestruturação da TACV, a SMF conseguiu bater duas concorrentes, alegadamente, com mais nome: Air France Consulting e Luftansa Consulting. Isto apesar de a Sterling, segundo consta, ter como especialidade a gestão de aeroportos e não de companhias de aviação.

Diante da escolha da SMF, o Banco Mundial terá torcido o nariz à opção do Gabinete de Privatizações, dirigido então por Cristina Duarte, hoje ministra das Finanças. O BM bateu-se, inclusive, pela realização de um novo concurso, coisa que a Cidade da Praia se recusou a fazer, “por uma questão de dignidade nacional”, conforme uma fonte de **A Semana**.

Os problemas surgidos com o concurso da empresa que deveria reestruturar a TACV foram, aliás, reportados por **A Semana** em mais de uma ocasião (vide, por exemplo, a edição de 24-06-05), que dava conta que o “lobby” europeu no BM estava a trabalhar contra a Sterling a favor da Air France ou da Luftansa, mas que, mesmo diante das pressões, Praia mantinha a sua escolha na SMF. Até porque, conforme confidenciou a este jornal a fonte acima citada, “lobby por lobby, a Sterling também tinha o seu, no BM”.

Sendo assim, depois de vários meses de impasse, o BM terá deixado cair as suas exigências em troca de algumas garantias por parte de Cabo Verde. Satisfeitas ou não tais garantias, através de Gilles Filiatreault, a SMF assumiu finalmente o comando da TACV em Dezembro do ano passado, concluindo agora os seis primeiros meses do seu contrato de um ano.

Entretanto, e por falar em “lobby”, não deixa de ser irónico o facto de uma empresa, a SMF, associada a interesses “afro-americanos” (portanto próxima dos EUA), estar agora a ser acusada de favorecer interesses europeus, no caso a Airbus. Para isso os adversários de Gilles Filiatreault apontam o facto de o mesmo ser um “french canadian” (Filiatreault é natural do Quebec, logo de língua francesa) e por isso, presumivelmente, mais próximo dos interesses “franceses” do que americanos.

Para Manuel Inocêncio Sousa, até agora o trabalho da Sterling tem-no deixado satisfeito. Ele recorda que a SMF foi contratada mediante concurso em que se bateu, abertamente, contra quatro ou cinco outras empresas. “Ela apresentou, inquestionavelmente, o melhor currículo”, contrapõe. E sobre as informações que hoje põem em causa a transparência desse concurso, o titular do MIT responde: “Hoje em dia põe-se em causa tudo, muitas vezes, sem qualquer fundamento”.

Para o governante, a SMF vai continuar a fazer normalmente o seu trabalho até Dezembro, sendo certo que esse não será um ponto final no processo de privatização da TACV. “O contrato previa a adopção de determinadas medidas, nomeadamente o diagnóstico – que já fez. A Sterling vai-nos propor um documento de estratégia e opções para a privatização, um plano de negócios para os próximos anos, etc.” Em conclusão, diz Inocêncio Sousa, “a Sterling cria as condições para a privatização da TACV, mas não será ela, obviamente, a conduzir ou a finalizar esse processo”.



GILLES FILIATREULT:

“TACV é um doente em estado crítico”

Em termos de clareza, pelo menos no que toca à TACV, Gilles Filiatreault não deixa os seus créditos por mãos alheias. À pergunta sobre como vai o processo de saneamento daquela companhia, ao fim dos primeiros seis dos 12 meses que a Streling Merchant Finance tem para sanear a empresa, ele responde: “Vai mal”. Medindo o impacto da sua resposta no seu interlocutor, acrescenta: “As pessoas da TACV não entendem, não têm sensibilidade para a situação da empresa. Há seis meses que estou a dizer-lhes que a situação da TACV é sensível, e elas continuam a pedir dinheiro, dinheiro e dinheiro, e a TACV não tem dinheiro”.

Concluída a primeira metade do seu contrato, Filiatreault entende que a Sterling “já cumpriu muitas das suas obrigações” e que se os resultados não são melhores é por falta de empenho das “pessoas da TACV”, empresa onde reina uma “cultura paternalista” e a produtividade situa-se entre os “50 e 55 por cento”. Sanear a TACV é, então, uma “missão impossível”?... “Não seria impossível se as pessoas apoiassem o que é preciso fazer, nomeadamente o plano de expansão”, é a resposta.

Recorrendo a uma das muitas metáforas que utiliza para caracterizar a TACV, Filiatreault afirma: “Eu sou um médico e você é o paciente. Eu lhe digo: ‘O senhor vai ter que tomar isto para melhorar, e você diz que não, não quer’. O que posso fazer? Eu não posso afectar a minha vida se você não quer melhorar.”

Filiatreault considera-se, outrossim, um homem incompreendido. As pessoas, diz, “não conseguem alcançar o grau da fragilidade da TACV”, um doente que ele considera em estado crítico e que “neste momento está sob o respirador artificial”. E diante do que considera ser o nível de exigência dos funcionários da TACV, aquele gestor afirma que não pode ser “pedido aos contribuintes

cabo-verdianos para desembolsar, desembolsar, desembolsar para sustentar a TACV”.

Uma coisa é certa, assegura também, “há países que fecharam companhias aéreas em virtude de os seus funcionários não terem compreendido nem aceiteado o ‘remédio’ que se impunha. Só depois, quando as empresas fecham as portas, é que as pessoas passam a entender o que estava em causa”.

Acusado de apenas gerir através de cortes (nos custos, no pessoal, etc.), com reflexos negativos na qualidade dos serviços que a TACV presta aos seus clientes, Filiatreault admite que o seu grande objectivo é reduzir os custos e aumentar os rendimentos. “Mas as pessoas não querem”, deplora.

Gilles Filiatreault confessa que no início, quando assumiu a TACV, estava entusiasmado, mas que hoje, dá para ver, o seu estado de espírito é outro. “Nos três primeiros meses trabalhamos na reestruturação da TACV ao nível operacional e acabo de completar os outros três meses na área comercial. Fizemos acordos com a Alitalia, Ibéria (Espanha), Gol (Brasil) e estamos em contactos com a Air France, que também está disposta a colaborar com a TACV”, descreve, salientando que a dificuldade maior da TACV é na frente interna.

Este gestor, que antes de Cabo Verde trabalhou noutras paragens, nomeadamente em África, América do Sul, Caraíbas e Canadá, deixa entender que as dificuldades que está a encontrar no país prendem-se, sobretudo, com o grau de comprometimento dos funcionários e do futuro da sua companhia. “Em Trinidad e Tobago, onde estive, o problema era sobretudo o racismo; aqui o grande problema é o laxismo”.

“De um modo geral”, acrescenta, “as pessoas vêem a TACV como uma empresa social privada. A TACV não é

uma empresa social, é comercial, com importância para a economia de Cabo Verde”.

Iniciado o Verão, o entrevistado de **A Semana** adverte que Julho e Agosto vão ser cruciais para a missão que tem em mãos, visto que é nesses meses que a TACV obtém resultados mais altos. “Se não conseguirmos uma boa temporada, será muito difícil privatizar a TACV”. E que na mira desse objectivo há seis meses que tem procurado dialogar com todo o mundo – associação, sindicatos, funcionários – para mostrar o risco que a TACV corre neste momento. “A TACV é uma ‘noiva’ que precisa ser embelezada para conseguir um bom casamento”.

Entretanto, tal como o ministro Manuel Inocêncio Sousa, Gilles Filiatreault nega que ele ou a Sterling tenham solicitado uma prorrogação de nove meses do contrato para sanear a TACV e que, portanto, o seu compromisso termina em Dezembro. “Já tenho seis meses aqui e faltam-me outros seis meses para o fim do contrato. No fim, veremos o que vai acontecer”, afirma, ao mesmo tempo que assegura: “No que toca à Sterling, muitas das suas obrigações contratuais já foram cumpridas e outras vão continuar a ser cumpridas”.

Na conversa que manteve com este jornal, houve um momento em que Filiatreault foi aos arames. Na posse da informação de que o administrador João Pereira tinha os seus salários pagos pela Sterling, e que por isso esse gestor estava ao serviço dessa empresa americana e não da TACV, **A Semana** confrontou o director-geral com esse dado. “É redondamente falso!”, retrucou. “Aqui a única pessoa que trabalha para a Sterling sou eu e sou também a única pessoa que tem os seus salários pagos pela Sterling, pago, inclusive com o meu dinheiro, as minhas despesas. Isto me choca. As pessoas em Cabo Verde não vêem a repercussão das coisas que falam, falam sem saber da realidade”.

Gilles, o Controverso

Afinal, quem é Gilles Filiatreault? Canadiano, natural do Quebec, Filiatreault é o homem contratado pela Sterling Merchant Finance para colocar a TACV em condições de ser privatizada, conforme acordo assinado com o Estado cabo-verdiano, ao abrigo de um programa do Banco Mundial. Antes de Cabo Verde, o actual “boss” da TACV trabalhou em várias outras paragens, nomeadamente, África, América do Sul, mas também nas Caraíbas. Mas nesse percurso onde ele aparece como o “saneador” de serviço há de tudo, desde criar uma companhia aérea no seu país, a declarações de falência de empresas como Air Afrique, acusações de estar a trabalhar para empresas estrangeiras, mas também bons resultados que lançaram companhias aéreas como a de Trindade Tobago. Enfim, com esse palmarés de prós e contras, ele surgiu em Cabo Verde como o homem certo para a TACV.

Volvidos seis meses, e numa altura em que outros interesses começam a entrar em cena, os críticos de Gilles

Filiatreault retratam-no como um “french canadian”, com um “ego” do tamanho do mundo. E o facto de ter passado por empresas que, alegadamente, ou foram à falência ou mudaram de mãos, a mais célebre das quais da Air Afrique, não tranquiliza a sociedade cabo-verdiana quanto ao futuro da TACV, companhia de bandeira de Cabo Verde. Ainda por cima quando é o próprio Filiatreault a dizer que “vai mal” o seu trabalho na companhia.

Controverso é, portanto, um selo que parece assentar bem no actual “boss” da TACV. De tal modo que o ministro Manuel Inocêncio Sousa o aceita com naturalidade, ao mesmo tempo que reitera a sua confiança tanto em Filiatreault, como na Sterling. “Eu tenho lido insinuações sobre ele, mas os elementos que tenho dele são no sentido de um indivíduo à altura das suas funções. Nós trabalhamos com elementos de facto e não com insinuações e rumores”, por outras palavras, “não tenho nenhuma razão para não confiar” em Gilles Filiatreault.

MANUEL INOCÊNCIO SOUSA, MINISTRO DOS TRANSPORTES

“Não recebemos qualquer pedido de prorrogação do contrato com a Sterling”

O ministro Manuel Inocêncio Sousa desmente, taxativamente, que a Sterling (SMF) tenha solicitado ao Governo uma prorrogação de nove meses por, alegadamente, o prazo de um ano ser insuficiente para cumprir o contrato que tem para sanear a TACV. “*Há muita invenção no meio disto tudo*”, acusa o titular do MIT.

A informação de que a SMF solicitou mais nove meses para a referida prorrogação é algo que vem circulando há várias semanas, tendo o líder parlamentar do MpD, Ulisses Correia e Silva, se referido a ela na sua conferência de imprensa do passado dia 19 sobre a TACV. Na ocasião aquele deputado assegurou a fiabilidade dos seus dados, que davam como garantido que a TACV se encontra em processo de mudança da frota, passando de aparelhos Boeing para Airbus, isto “*num período de reestruturação da empresa e para preparação para a privatização*”.

Uma outra informação recolhida por **A Semana** chega a precisar que o pedido de prorrogação da Sterling deu entrada no MIT no dia 19 de Junho, “*invocando*” essa empresa que “*não consegue obter os objectivos preconizados*” para a TACV, lembrando a mesma fonte que “*o timing foi um dos trunfos da Sterling ao vencer o concurso*” (sic).

Confrontado com esses dados, Manuel Inocêncio assegura que tudo não passa de “*aldrabices*” e “*invenções*” sem qualquer sustentação, visto que nem o MIT nem o Gabinete de Privatizações receberam qualquer pedido desse tipo da Sterling. E mais: “*Não recebemos, e nem vamos receber qualquer pedido do género*”, garantiu, acrescentando que “*neste momento há muita invenção pelo meio*” em torno da TACV.

E uma dessas “*invenções*” ou “*disparates*”, conforme Inocêncio, é a informação que dá como certo que a TACV vai adquirir um terceiro avião de longo curso ou mesmo renovar toda a sua frota. “*O que na verdade está a acontecer é que a TACV está à procura de um ‘leasing’ temporário para um aparelho de longo curso — com uma capacidade menor do que os actuais Boeings 757 que estão ao serviço da companhia —, para a linha Cabo Verde e Portugal*”.

Ou melhor, acrescenta, “*está-se neste momento na fase da prospecção de mercado, sendo*

que a escolha desse leasing, temporário repito, está entre um Boeing 737 e um Airbus A320”. Portanto, “*a informação de que a direcção da TACV vai comprar um avião é uma grande desinformação e também um disparate, já que quem decide este tipo de negócio é o governo e não a direcção da TACV*”.

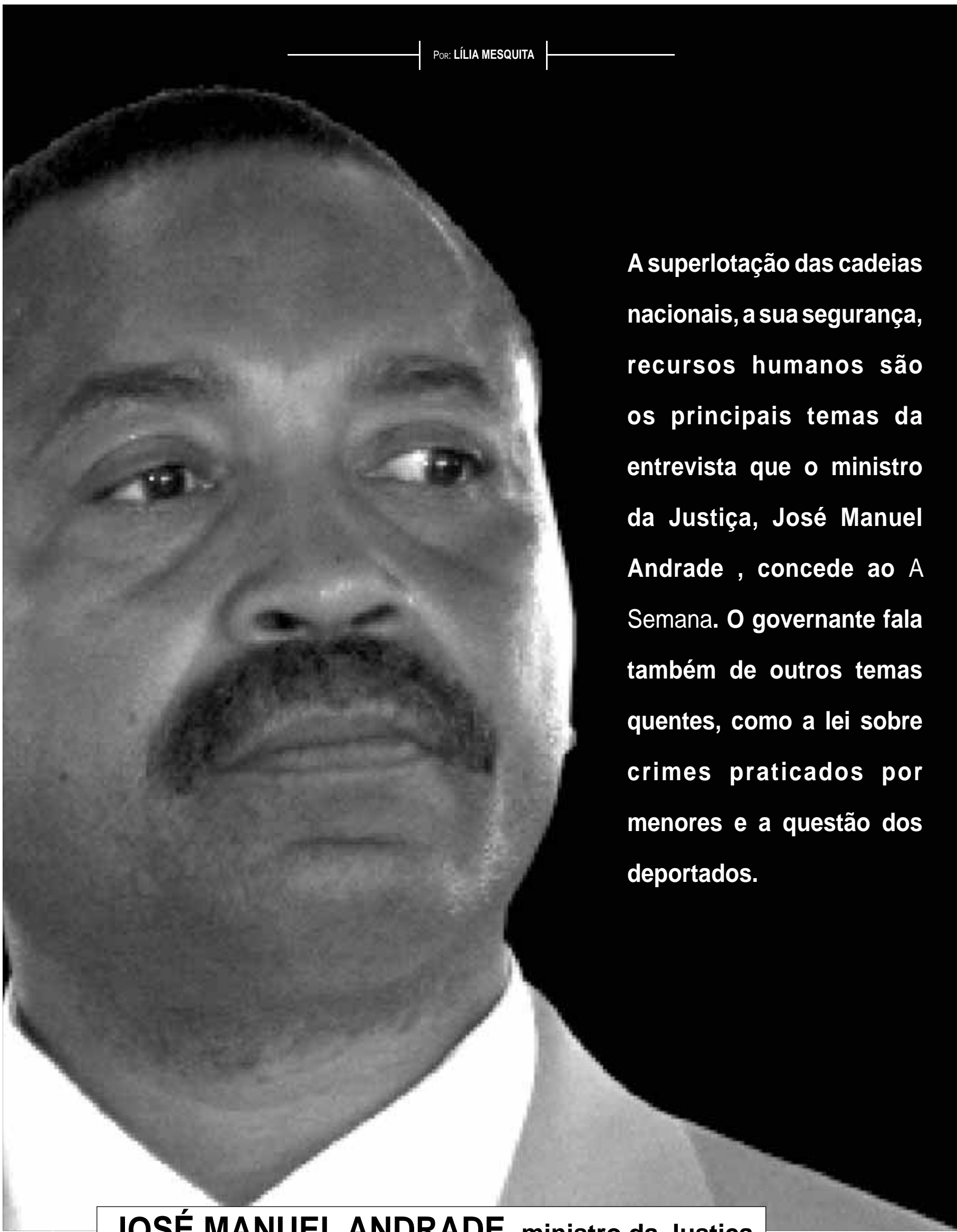
Um outro ponto que vem sendo também criticado é o negócio entre a TACV e a Halcyonair. Embora reconheça que a pessoa mais indicada para falar deste assunto é Gilles Filiatreault, o titular do MIT adianta que o que há é um memorando de entendimento entre as duas companhias no sentido de a TACV prestar certos serviços a nível da manutenção ao aparelho da Halcyonair e de outro tipo, podendo essa empresa privada transportar, inclusive, passageiros da sua congénere quando necessário mediante pagamento de serviço. “*Este acordo, sobretudo no capítulo do transporte de passageiros da TACV*”, salienta Inocêncio Sousa, “*é válido apenas enquanto a Halcyonair não estiver autorizada a operar, e é para vigorar apenas na época alta*”.

Questionado sobre a ortodoxia de um tal negócio entre duas companhias que são concorrentes, Inocêncio responde que a TACV e a Halcyonair ainda não são concorrentes. “*Quando forem concorrentes o acordo acaba*”, afirma. “*O aparelho da Halcyonair está parado e é interesse da TACV ter mais uma unidade agora na época alta. Recorre-se à Halcyonair como se podia recorrer a qualquer outra empresa, como, aliás, costuma acontecer. Portanto, não há nada de mais nesta transacção*”.

E por último, sobre a interpeção solicitada pelo MpD relativa à TACV, Manuel Inocêncio diz vê-la como mais uma iniciativa, recorrente, da oposição quando o assunto é a TACV. “*O que se passa nisto tudo é que a oposição apanha certos rumores e toma-os como verdade, quando no fundo se trata de material informativo sem qualquer tipo de fundamento. Da nossa parte, vamos aproveitar a interpelação para procurar esclarecer, uma vez mais, os cabo-verdianos sobre o que está verdadeiramente em jogo em torno da TACV e o papel que a empresa pode vir a ocupar no processo da transformação de Cabo Verde*”.



POR: LÍLIA MESQUITA

**JOSÉ MANUEL ANDRADE**, ministro da Justiça

A superlotação das cadeias nacionais, a sua segurança, recursos humanos são os principais temas da entrevista que o ministro da Justiça, José Manuel Andrade, concede ao A Semana. O governante fala também de outros temas quentes, como a lei sobre crimes praticados por menores e a questão dos deportados.

“É evidente a superlotação

A Semana: Qual é a situação actual das cadeias do País, sobretudo na Praia e nas ilhas voltadas para o turismo, Sal e Boa Vista?

José Manuel Andrade - A nível do país, está programado o redimensionamento das cadeias em geral, de forma a melhor servirem os fins da reinserção social. A humanização das cadeias, a diversificação dos programas de reinserção social e a condignidade dos espaços de reclusão são outras preocupações. Quanto às ilhas com vocação turística, no Sal está projectado o início das obras da nova cadeia regional ainda este ano. Na Boa Vista pretendemos construir também uma cadeia regional durante esta legislatura. Ambas as ilhas revelam situações críticas em termos de estabelecimentos prisionais, embora estejamos desde já a equacionar soluções provisórias mais condignas em termos de estrutura.

No quadro geral das reformas a nível do sistema prisional, está também em preparação uma nova lei sobre o funcionamento das cadeias, com outros regulamentos. A legislação sobre o cumprimento das medidas privativas da liberdade também terá que ser adequada ao contexto da reforma penal introduzida, questão que pensamos discutir em sede própria, para aprovação, ainda este ano.

- Em termos de infra-estruturas, o que têm projectado, nomeadamente para o Sal cuja cadeia, segundo o procurador da ilha, vive uma situação de calamidade?

- Depois da construção do muro da Cadeia de S. Martinho, em 2004, iniciou-se, no ano passado, a construção de um novo complexo com capacidade para albergar 1200 reclusos, o que traduz uma melhoria significativa das condições actuais, pois, toda a estrutura existente foi concebida para 250 reclusos quando, neste momento, estão aí internados aproximadamente 600 reclusos.

Já o atraso da construção da nova cadeia do Sal deve-se às necessidades de rigor, de cumprimento dos procedimentos legais inerentes à transparência, tempo de elaboração dos projectos e o próprio processo de concurso, quer para o projecto de arquitectura quer para a execução da obra propriamente dita. De igual modo, projectamos nesta legislatura

lançar as bases para a construção de novas cadeias regionais em Santo Antão, Santa Catarina, Boa Vista e, ainda, possivelmente, na Brava e em São Nicolau.

- Como está a questão dos recursos humanos nas cadeias nacionais?

- Em termos de efectivos, a nível nacional há um rácio guarda prisional/número de reclusos de 20 presos por guarda. Mas a situação é diferente, e complica-se, quando levamos em conta o regime de turnos e o horário de trabalho de cada guarda.

Particularmente em relação à Cadeia Regional do Sal, devo esclarecer que existe um corpo da guarda prisional de quatro efectivos para uma população prisional que ronda uma média mensal de 25 reclusos, quando a estrutura da cadeia foi concebida para 18 reclusos. Em casos extraordinários e excepcionais, podem operar-se transferências provisórias para a Esquadra da Palmeira, para um tempo curto. Se os constrangimentos se mantiverem, utiliza-se outras alternativas transfe-

rindo alguns reclusos para uma das cadeias centrais, preferencialmente à de São Vicente.

- Pretendem recrutar mais profissionais para solucionar este problema, que já se tornou preocupante pois tem estado também na origem de algumas fugas de presos?

- Este ano vamos reforçar efectivos do corpo da guarda prisional porque há insuficiências graves neste domínio. Já foi aberto um concurso para a selecção de mais 30 novos guardas, está também a ser preparado o plano de formação dos seleccionados e a partir de início do Outubro poderão estar já disponíveis para o exercício.

- Qual é o panorama real da superlotação das cadeias do país?

- É evidente que há superlotação nas cadeias do país, nomeadamente nas cadeias centrais, Praia e São Vicente. Por exemplo, a cadeia da Praia foi concebida para 250 reclusos, mas vai tendo nos últimos anos uma população prisional à volta de 600 reclusos. Em São Vicente, a cadeia da Ribeirinha tinha uma

capacidade inicial prevista para 156 reclusos, mas vem acolhendo nos últimos tempos uma média mensal de 300 reclusos.

Porém, é preciso ter presente que a cadeia de S. Martinho, na Praia, acolhe reclusos condenados a penas de longa duração, de toda a ilha de Santiago e, quando for o caso, recebe também reclusos do Fogo, da Brava, da Boa Vista e do Maio e, igualmente, em determinadas circunstâncias, por razões de segurança, são transferidos para a Praia alguns reclusos do Sal. Por seu turno, actualmente a cadeia de S. Vicente acolhe não só os reclusos daquela ilha como também os de Santo Antão, de S. Nicolau e do Sal.

Ou seja, em regra, o sistema está organizado para que as cadeias centrais sejam centros de cumprimento das penas de moldura superior a dois anos de prisão (hoje, três anos, nos termos do novo Código Penal) e as cadeias regionais só devem acolher reclusos com pena de prisão até dois anos ou casos de detenção e de primeira fase da prisão preventiva.

→



Sal e Boa Vista terão novas cadeias regionais ainda nesta legislatura.

ção nas cadeias do país”

O caso Vital Moeda

Questionado sobre a denúncia, do Procurador da República no Sal, Vital Moeda, que fala das condições “indignas” que tem para exercer o cargo na ilha (ver A Semana nas suas edições mais recentes), o ministro da Justiça respondeu que “esta é uma questão que tem que ser encarada como conjuntural”. Dizer que aquele procurador, além de se ver forçado a cumprir tarefas que cabem a um ajudante de escrivão e oficial de diligências, exerce funções de juriconsulto, curador de menores, representante do comité de menores e director da cadeia.

José Manuel Andrade adiantou que “com as reformas em curso, tal situação deixará de acontecer, e embora esta realidade que venha de há muito”, afirma que não se conforma: “Entendo, e sempre entendi, que deve haver mudanças neste particular. É nossa intenção promover isso mesmo desde que assumimos as funções no ano passado, pois essa acumulação tem laivos de incompatibilidade, pela natureza das funções”, sublinha. Para o ministro, “não compete nem faz parte do conteúdo funcional de um procurador fazer-se de juriconsulto”.

Entretanto Andrade afirma que “a acumulação de funções como ajudante de escrivão e oficial de diligências, só pode ser entendido como alegoria”. Explica que esta foi uma forma do procurador se queixar da falta de oficiais de justiça pois há uma insuficiência grave de pessoal.

O ministro esclarece que: “No Sal há cinco oficiais de justiça em serviço, sendo que um deles está a cumprir as funções de secretário judicial. A secretaria é única e comum para o tribunal e para a procuradoria. Neste caso, havendo uma gestão de conjuntura, na nossa opinião, este assunto não merecia tanto alarido”.

O ministro adiantou que as secretarias judiciais vão ser reforçadas com novos efectivos, pois este é um ponto assumido no Orçamento de Estado de 2007. “O concurso já foi lançado, a formação de 60 novos oficiais de diligências está prevista para os próximos meses e a sua disponibilização e distribuição para todas as comarcas – pois todas têm insuficiência de pessoal – acontece já em Outubro”, garante Andrade.



Há toda uma política de reinserção social dos reclusos: desde o acompanhamento psicológico a acções de formação, exercício de actividade profissional no interior da prisão (artesanato, carpintaria) ou fora dela.

Assim, nas cadeias centrais, em vez de quatro reclusos por cela, estão às vezes mais de dez, na cadeia central da Praia, e seis em vez de quatro na cadeia central de S. Vicente.

- Mas essas condições em que vivem esses reclusos não estarão a violar os seus direitos?

- Os reclusos têm direito a receber visitas nos dias e horários estabelecidos pelos respectivos regulamentos das cadeias, no quadro da legislação sobre a matéria, em regra duas vezes por semana. Também têm direito a receber correspondências, jornais, à assistência médica e jurídica, à educação, ao exercício de actividades profissionais conforme o regime de internamento. Quando for determinado pelo tribunal, depois de cumprido certo período da pena, nos termos da lei, o recluso pode ser autorizado a trabalhar fora do recinto prisional, desde que haja possibilidade de o fazer com algumas garantias de regresso ao estabelecimento no final de cada dia, enquanto não terminar o respectivo período de condenação ou não seja posto em liberdade condicional. Há médicos contratados que atendem os reclusos nas cadeias e, quando necessário, são encaminhados aos centros de saúde. Nem todas as celas têm casa de banho, mas as que exis-

tem dão satisfação às necessidades, por isso não há queixas de maior nesse ponto.

- E quanto aos reclusos que apresentam problemas mentais, há um espaço para eles?

- Quando apresentam problemas mentais os reclusos, são submetidos, primeiro, à observação médica e, depois, se o médico aconselhar internamento em estabelecimento psiquiátrico, são encaminhados para lá. Entretanto, preventivamente, quando inspiram especial cuidado, conforme a especificidade de cada recluso nessa circunstância, leva-se sempre em consideração o tratamento ou acomodação em celas adequadas.

- O que nos diz sobre a nova lei aplicada a menores infractores?

- Efectivamente, no final do ano passado, foi aprovada uma lei que regula as medidas tutelares sócio-educativas aplicáveis a menores que pratiquem actos qualificados pela lei como crimes e o regime de internamento nos centros sócio-educativos. Em traços largos, os menores em causa têm de ter idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, mas, nalguns casos, o cumprimento das medidas pode ir até aos 21 anos.

A aplicação das medidas depende de várias circunstâncias,

pois nem todos os casos de actos tipificados como crime são passíveis de medidas de internamento, que é a medida mais gravosa. Um menor pode ser sujeito a regime fechado, aberto ou semi-aberto, conforme as circunstâncias, em cada caso concreto apreciado pelo tribunal. Mas, além destas, há as medidas menos gravosas que vão desde a admoestação, à reparação ao ofendido, passando pela realização de tarefas a favor da comunidade, a imposição de regras de conduta e a imposição de obrigações. Presentemente, existe um único centro sócio-educativo, o já conhecido Centro Orlando Pantera, na Praia. Entretanto, projectamos, mais adiante, criar um centro noutra ilha.

- Como esclarece, então, o caso que aconteceu em Janeiro deste ano em que um adolescente, o Maiúca, assassinou o seu colega na Escola Técnica Cesaltina Ramos e continua em liberdade?

- Tanto quanto sei, o menor ainda não era imputável, isto é, ainda não tinha completado 16 anos. Nessa altura, quando os factos aconteceram, a lei tutelar sócio-educativa não tinha ainda entrado em vigor (o assassinato aconteceu antes de

Novos efectivos nas secretarias judiciais

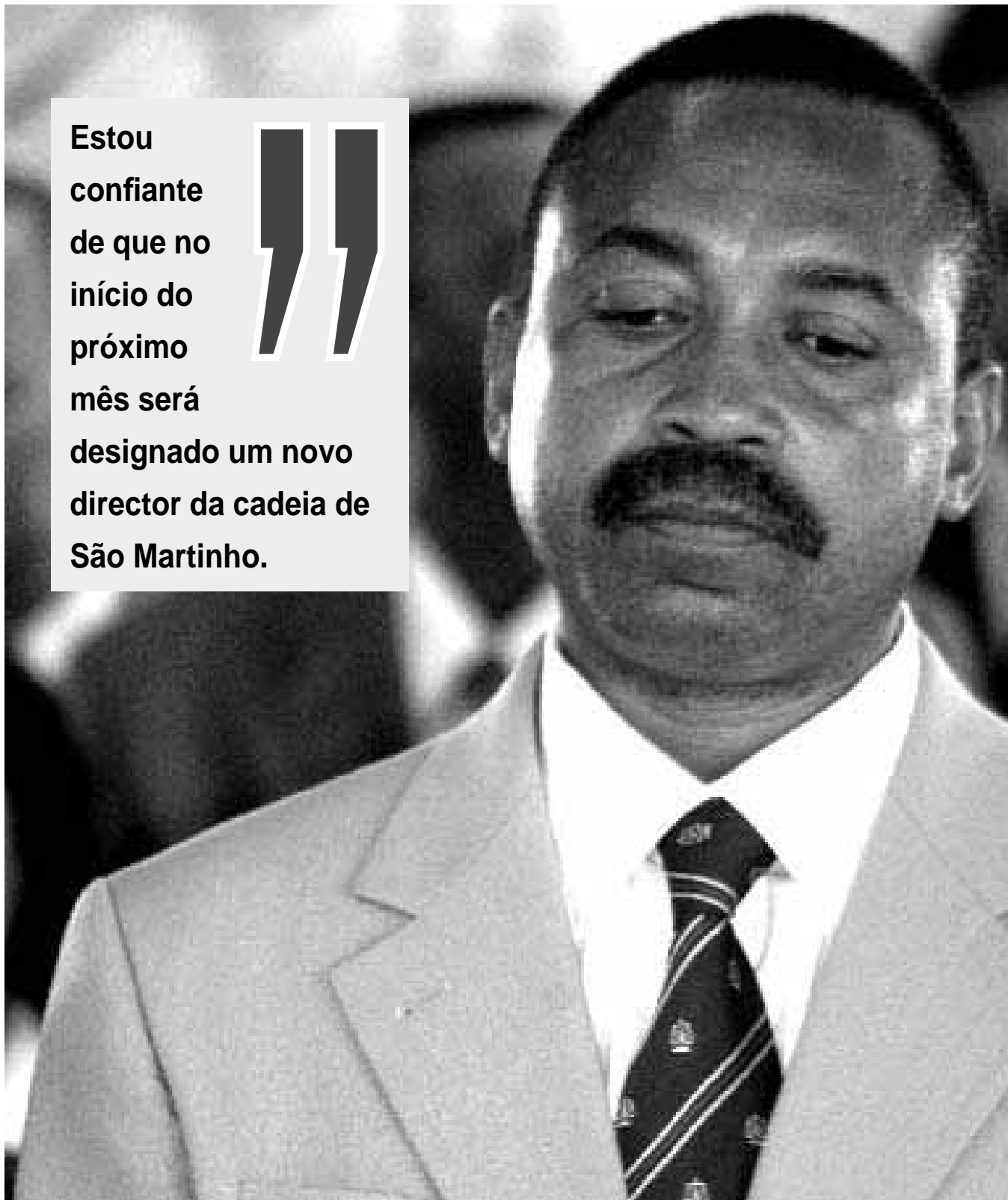
28 de Fevereiro), embora já tivesse sido publicada, em Novembro do ano passado.

- Há algum programa do Ministério da Justiça que vise a reabilitação dos presos?

- Há toda uma política de reinserção social dos reclusos: desde o acompanhamento psicológico a acções de formação, exercício de actividade profissional no interior da prisão (artesanato, carpintaria) ou fora dela. Por exemplo, nas cadeias centrais, os reclusos realizam actividades agrícolas no interior dos estabelecimentos, participam da reabilitação dos edifícios das cadeias, para além de, nalgumas circunstâncias, passaram por acções de formação profissional. Há mesmo um protocolo com a Direcção- Geral da Educação de Adultos através do qual são assegurados cursos regulares nesse sentido. Para diversificar as acções de reinserção social a favor dos reclusos, estão a ser equacionados novos programas que permitam a ocupação útil dos seus tempos livres.

- E quanto aos criminosos cabo-verdianos deportados? Como são integrados no país?

- No que tange aos cabo-verdianos deportados de outros países por terem cometido crime no estrangeiro, há todo um programa de acolhimento e reinserção a favor dos mesmos, programa esse que é dirigido pelo Instituto das Comunidades. Há também um acompanhamento, para fins de prevenção criminal, por causa dos antecedentes criminais, pelas autoridades judiciais e a polícia criminal.



Estou confiante de que no início do próximo mês será designado um novo director da cadeia de São Martinho.

Director da Cadeia de São Martinho vai ser Juiz na Ilha do Maio

O actual director da cadeia de S. Martinho, Alcides Andrade, vai deixar o cargo que exerce actualmente. De acordo com o Ministro da Justiça, José Manuel Andrade, Alcides Andrade foi seleccionado para assumir as funções de juiz, após ter sido aprovado num concurso público de quatro vagas promovido pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, em Janeiro passado.

O ministro esclarece que Andrade não faz parte do quadro do corpo da guarda prisional, aliás, estava naquele cargo porque fora convidado pelo próprio governante para o fazer em comissão de serviço. Assim, quando foi aberto o concurso, comunicou ao Ministério da Justiça a sua intenção de concorrer e, tendo sido aprovado, o CMSJ comunicou ao MJ a sua colocação na comarca da ilha do Maio.

Segundo o governante, a partir das vagas criadas e da nomeação do juiz, nos termos da lei da organização judiciária, a comarca do Maio passa a ter jurisdição plena, com um juiz de direito. Tal significa que se deu conteúdo à decisão datada de 2003, que eleva a categoria do Tribunal do Maio, de 3ª classe para a tribunal de 2ª classe, que já existe em todas as demais ilhas do país.

O ministro da Justiça adianta que, em conformidade com as exigências constitucionais, dentro das quatro vagas disponíveis, o resultado desse concurso não beneficia só a comarca do Maio, pois um dos juizes vai para o concelho de Santa Catarina, os outros dois vão para São Filipe e Sal, cujos tribunais foram desdobrados em dois juizes.

Questionado sobre que balanço faz à

administração do director Alcides Andrade na cadeia de São Martinho, o ministro considera que, "num lugar conhecido por ter grandes dificuldades, contribuiu para o apaziguamento do clima de tensão que havia antes do início das suas funções como director".

O Ministro adianta que Alcides Andrade tomará posse como juiz na ilha do Maio no final de Julho. Quanto ao novo responsável de S. Martinho, "ainda não há decisão sobre quem será o novo director". Mas José Manuel Andrade garante que há candidatos e o ministério está a ponderar. "Estou confiante de que no início do próximo mês será designado um novo director da cadeia de S. Martinho", assegura. O actual juiz da comarca do Maio, que é juiz adjunto, já foi transferido, nessa qualidade, pelo CSMJ, para reforçar a comarca de Santa Cruz.

Modernizar o Porto Vale dos Cavaleiros custa 610 mil contos

O plano de ordenamento, modernização e expansão do porto de Vale dos Cavaleiros vai custar mais de 600 mil contos, e permitir que navios de maior dimensão possam escalar esse porto. Quando sair do papel e for uma realidade abrirá uma nova era na importação directa para o Fogo.

Elaborada com base no movimento de carga e passageiros no porto de Vale dos Cavaleiros, a infra-estrutura pretende adequar-se para as demandas até 2017, foi apresentada ao público na última sexta-feira, 22, em São Filipe, na presença do ministro das Infra-estruturas, Transportes e Mar, Manuel Inocêncio Sousa, PCA da Enapor, Franklin Spencer, e operadores económicos da ilha.

O Plano inclui infra-estruturas terrestres e marítimas, sendo que a parte terrestre contempla a construção de um edifício multi-uso que servirá de sede administrativa, gare de passageiros, espaço social com acesso à praia, armazém coberto, parque de contentores, área de serviço para equipamento e oficina, parque de estacionamento, armazém descoberto. A construção de um novo molhe de atracação com 100 metros de comprimento e um calado de 5 a 6 metros, com uma área para movimentação de carga de 80 metros de largura, assim como uma nova rampa roll-on roll-off, são outras das infra-estruturas previstas no plano.

As obras da parte terrestre têm início ainda este ano, com um orçamento que ronda os 162 mil contos, enquanto a marítima tem um custo mais elevado - 367 mil contos com o estudos e elaboração dos projectos a custarem cerca de 70 mil contos. Tal como foi anunciado, a Enapor, pretende construir um entreposto na zona alta do porto a fim de facilitar a movimentação na referida infra-estrutura.

Na apresentação do plano, o ministro Manuel Inocêncio considerou que o projecto da modernização e ampliação do porto Vale dos Cavaleiros constitui um passo importante no desenvolvimento da ilha, sobretudo no domínio do sector agro-pecuário e turístico. Também vai oferecer maior conforto aos passageiros, aos trabalhadores e trará benefícios principalmente aos emigrantes fogueiros radicados no exterior. Enfim, vai ter um papel preponderante na integração desta ilha, no contexto do desenvolvimento a nível nacional.

Nicolau Centeio



SICS pondera reclamar créditos dos trabalhadores

O agravar da situação na Frescomar colocou o Sindicato da Indústria, Comércio e Serviços (SICS) de pré-aviso. Virtulino Castro, SICS, explica que o sindicato está a acompanhar o desenvolvimento deste processo mas, em caso de encerramento da empresa pretende reclamar todos os créditos dos trabalhadores.

Aparentemente o SICS está tranquilo em relação à situação laboral dos 80 trabalhadores da Frescomar porque, diz Virtulino Castro, possuem contrato de trabalho e, caso se dê o encerramento da empresa, o sindicato reclamará todos os seus créditos. *“Pelo menos por enquanto, não estamos preocupados porque os trabalhadores da Frescomar possuem contratos de trabalho e, caso a empresa fechar as portas, vamos reclamar os seus créditos, à semelhança daquilo que já aconteceu em outras empresas em São Vicente”*, assegura Castro, que aproveita para esclarecer que, por créditos vencidos, são contabilizadas as férias não gozadas, os salários em atraso, e outros proventos.

Entretanto, o mais importante neste momento, afirma o nosso entrevistado, é seguir atentamente a situação e agir, conforme as indicações e sinais que a Frescomar emitir. Enquanto isso, os administradores executivos da Frescomar, Miguel Pinto e Jorge Nascimento, e o fiel depositário nomeado pela repartição concelhia de Finanças, Benvindo Spencer, continuam a trocar acusações e ameaças. Na sexta-feira, os executivos acusaram Benvindo Spencer de estar a produzir informações falsas sobre a vida da empresa e de efectuar pagamentos a si próprio e a um outro administrador não-executivo no montante de 500 mil escudos, respeitante a 10 meses de remunerações em atraso.

Este facto, que podia ser normal, assume *“contornos de imoralidade”* no entender dos dois sócios maioritários desta empresa, que apontam a situação financeira actual da Frescomar. Aliás, foi esta atitude do administrador não-executivo da empresa que levou a Planitrade a não subscrever qualquer movimento

financeiro de Benvindo Spencer.

Sobre o descalabro da empresa, Miguel Pinto explica que de 2000 a 2006 a empresa acumulou prejuízos na ordem dos 191 mil contos, o que impossibilita o seu normal funcionamento. Miguel Pinto assume ainda que a empresa tem dívidas para com os armadores, mas não tem dinheiro para as pagar. *“Apesar das dificuldades, a relação com os armadores de pesca foi sempre leal e de parceria”*, acrescenta este responsável. Muito diferente pensam os credores da empresa, que pedem a intervenção do governo porque não gostariam que a fábrica fechasse, *“até porque a próxima campanha já vai começar e a Frescomar é a única empresa que garante o escoamento dos seus produtos”*.

Todas estas situações, mais as dívidas para com o fisco que ascendem aos 50 mil contos, estarão sobre a mesa da assembleia-geral de accionistas agendada para segunda-feira, 2, da qual se esperam soluções para o futuro da empresa e dos seus trabalhadores.

Armando da Cunha “entrega” Aeroporto de S. Pedro

O Director Geral das Infra-estruturas do MIT, Carlos Dias, estará na ilha de São Vicente entre 2 e 4 de Julho próximo para vistoriar e receber o aeroporto internacional de São Pedro da empresa Acsa, Lda Empreiteiros de Construções de Obras Públicas. Assim, seis meses após o prazo acordado - a entrega deveria acontecer em Dezembro de 2006 - cumpre-se uma etapa importante, a da conclusão desta infra-estrutura, que se acredita induzirá uma nova dinâmica ao desenvolvimento da ilha do Porto Grande.

O grosso dos trabalhos de ampliação e alargamento da pista, a da placa de estacionamento e a nova aerogare do Aeroporto de São Pedro já estão concluídos, faltando apenas, de acordo com Mário Paixão Lopes, pequenas

intervenção e acabamentos, sobretudo a nível do novo terminal de passageiros. *“Depois da entrega do aeroporto iniciaremos uma fase que estamos a chamar de ‘trabalho formiga’*. Isto é, vamos fazer os acertos e pequenas intervenções na nova gare, vamos eliminar os obstáculos físicos da pista, iluminação e via de acesso”, explica o PCA da ASA - Aeroportos e Segurança.

Este aeroporto é a resposta que o executivo de José Maria Neves encontrou para viabilizar o desenvolvimento sustentado de São Vicente. Nesse sentido a ASA, em parceria com a Associação dos Transportes Aéreos Internacionais (IATA), elaborou em 2003 um Plano de Desenvolvimento, que a Caixa Geral de Depósitos financiou em 19 milhões de

euros. Suportou ainda o financiamento o Banco Interatlântico e o seguro de crédito COSEC.

O novo aeroporto de São Pedro, que nesta primeira fase tem 3.840 m², consegue processar 500 passageiros/hora. A pista foi aumentada de 1500 para dois mil metros de comprimento por 45 de largura. Foi ainda construída uma placa de estacionamento de aeronaves com capacidade para receber dois boeings 757-200 e aviões de menor porte do tipo ATR42. São esses trabalhos que vão ser vistoriados nos próximos dias por uma equipa técnica do MIT, chefiada pelo director geral, Carlos Dias. Caso não encontrar nenhum problema, a equipa receberá a obra do empreiteiro.

Constança de Pina

PJ apreende equipamentos informáticos na Air Luxor Cabo Verde



A denúncia feita pelo administrador da Air Luxor Simões Coelho, que acusa os seus pares de falsificação de documentos, desvio internacional de dinheiro e suspeita de fuga ao fisco, levou a Polícia Judiciária à sede da Air Luxor Cabo Verde na ilha do Sal. Numa operação inédita em Cabo Verde efectuada pela PJ no sábado, 23, foram apreendidos equipamentos informáticos contendo toda a contabilidade da Air Luxor Cabo Verde.

O atraso na apresentação de contas – por lei uma empresa deve fechar as contas com referência ao ano transacto até 30 de Março e apresentar essas mesmas contas aos accionistas, em Assembleia-Geral até 31 de Maio para serem entregues às Finanças - aos administradores e accionistas trouxe de Portugal o administrador Simões Coelho. Este, ao que conseguimos apurar, constatou que essa demora se deveu a algumas irregularidades nas contas, nomeadamente falsificação de documentos com

relevância internacional.

“Foram falsificadas actas e facturas referentes à venda de 5% de um banco em São Tomé e Príncipe, que era propriedade da Air Luxor Cabo Verde. Esse banco foi vendido, à revelia da sociedade e o dinheiro nunca entrou nos cofres da Air Luxor Cabo Verde. Há também uma tentativa de eliminar algumas que a Air Luxor Portugal para com a Air Luxor Cabo Verde”, revela uma fonte com fortes ligações a Air Luxor Cabo Verde.

Certo é que, durante a sua estada em Cabo Verde, Simões Coelho terá sido impedido pelos outros administradores da empresa de aceder a algumas informações e, no quadro de suspeições existentes, apresentou uma queixa na PJ em que acusa o administrador da Air Luxor Cabo Verde, Paulo Mirpuri, de falsificar documentos com relevância internacional e desvio de dinheiro. “Foi essa queixa que provocou a acção da PJ onde foram apreendidos equi-

pamentos informáticos contendo elementos da contabilidade da empresa. Agora, a PJ vai tentar confirmar todas essas denúncias, sobretudo o desvio de milhares de contos”, especifica a fonte que vimos citando.

Mas os problemas da Air Luxor Cabo Verde não ficam por aqui. Amadeu Oliveira, accionista minoritário da empresa, diz que suporta a queixa apresentada pelo administrador Simões Coelho porque já há uma sentença do tribunal do Sal que dá como assente a verificação da falsificação de documentos. Também é público – foi noticiado pela imprensa lusa – que, na sequência dos problemas, sobretudo financeiros, que a Air Luxor Portugal vem enfrentando nos últimos anos um tribunal cível luso mandou apreender alguns bens da empresa por causa de dívidas ao fisco. Uma situação que Simões Coelho acredita também se verificar na Air Luxor Cabo Verde.

Constância de Pina

Pescadores de Ribeira da Barca e Rincão recebem motores de borda

Os pescadores das localidades de Ribeira da Barca e Rincão, no concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, vão receber vinte motores de borda no próximo mês. De acordo com o autarca João Baptista Freire, esses motores foram fornecidos pelo Projecto de Apoio à Pesca, numa parceria entre a edilidade, o governo e o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP).

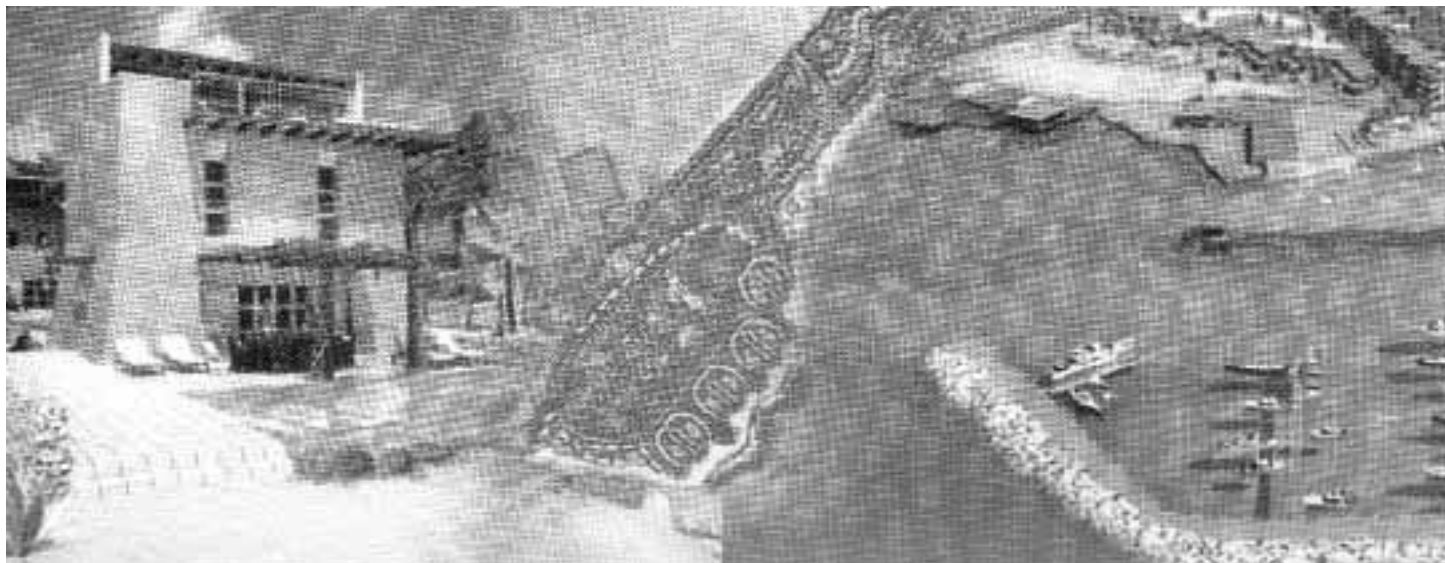
Para além dos motores, o projecto disponibiliza uma linha de crédito no valor de quatro mil contos, para vinte pescadores: dez de Ribeira da Barca e os outros dez de Rincão.

Para o presidente da Associação de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário de Ribeira da Barca, Manuel Dias, esses motores de borda vão facilitar e muito o trabalho dos pescadores. “Os beneficiários vão poder deslocar-se com maior rapidez para mais longe e lá onde há peixe. E com uma boa captura podem fornecer melhor as peixeiras de Ribeira da Barca que depois vão vender os produtos da pesca no mercado de Santa Catarina ou no concelho vizinho de São Salvador do Mundo”.

Para além das parcerias com as Câmaras Municipais, o INDP estabeleceu um programa de cooperação bilateral com o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR de Portugal) que lhe permite conduzir estudos oceanográficos, e em especial sobre as movimentações dos cardumes através de satélites. Prevê-se o uso de medidas de altimetria e de temperatura obtidas por satélite.

A informação de satélite será usada num projecto de demonstração de apoio às pescas e também como um complemento importante para os levantamentos que os navios de investigação do IPIMAR realizam no mar de Cabo Verde. O objectivo final é localizar as zonas de pesca favoráveis à concentração de grandes peixes, na área de actividade da frota pesqueira local. Baseada nesta informação, a equipa do projecto fornecerá aconselhamento às agências governamentais e à frota pesqueira locais.

Contudo, espera-se que o programa contribua para a compreensão dos processos relacionados com a distribuição, agregação e migração especialmente dos atuns. Em termos sócio-económicos, a informação adquirida e produzida pelo projecto poderia ter um papel relevante na ajuda ao desenvolvimento da indústria pesqueira de Cabo Verde, bem como no apoio à definição de políticas piscatórias que visem uma gestão e conservação dos recursos marinhos no arquipélago.



Construção do Resort Pedra de Lume inicia amanhã

A construção da Marina e Resort Pedra de Lume, na ilha do Sal, arranca já amanhã, numa cerimónia que conta com a presença do primeiro-ministro, José Maria Neves.

O projecto tem uma dupla função, já que, para além de uma zona turística, inclui diversas infra-estruturas destinadas

a dar apoio à população que vive perto das Salinas.

Numa das áreas do resort, existirá assim uma escola, um jardim infantil, um posto de saúde, uma esquadra policial, um campo de futebol e um centro de convívio, que estarão ao serviço também

da população de Pedra de Lume. A área comunitária compreende ainda 70 apartamentos de qualidade, dos quais 64 são T2 e seis do tipo T3.

Na área turística e de lazer, ficarão dois hotéis e uma zona lúdica, que inclui vilas e apartamentos. Ali se localizarão também

o campo de golfe, a marina para barcos de turismo, um cais para pescadores e uma zona para agri-turismo.

O acto de lançamento da primeira pedra deste projecto do grupo Stefanina acontece às 17h00, no restaurante Ca'da Mosto, em Pedra de Lume.



Kino Kabral e Gil Semedo as duas atrações da festa

Boa Vista festeja dia do Município

A ilha da Boa Vista comemora a 4 de Julho o dia do Município e de Nha Santa Isabel. Desde o mês de Maio, várias actividades culturais, desportivas, recreativas, entre outras, vêm sendo levadas a cabo pela edilidade local. Mas o ponto alto da festa é a actuação dos cantores Gil Semedo e Kino Cabral que – espera-se – vai levar muita animação para a pacata ilha das dunas.

Durante duas noites, 3 e 4, os boavistenses vão dançar e cantar com os dois artistas da malta jovem. Gil Semedo e Kino Cabral, acompanhados pela banda

Splash, deverão tocar tanto as músicas dos mais recentes discos como os *hits* antigos, conhecidos por vários gerações de cabo-verdianos. “*Estes artistas são muito queridos. Esperamos muita animação e diversão. Afinal é a nossa festa*”, refere o vereador da cultura, Osvalino Évora.

Ainda a nível cultural, o programa contempla os concursos “*Bubista Canta*” e “*Miss Bubista*”, teatro com grupo Juventude em Marcha, noite de guitarra com Voginha e Bau e três músicos locais, Pedro Magala, Tuia e Irineu. Um almoço convívio com

a comunidade africana residente na ilha e uma exposição de artesanato, culinária, fotografia e pintura são também pontos importantes de um programa que quer aliar duas componentes essenciais do povo das ilhas; a arte e a morabeza.

A edilidade vai aproveitar a data para fazer as habituais inaugurações. No dia 4 inaugura, na Vila de Sal Rei, o Parque Infantil, a Biblioteca municipal, a praça dos namorados, um jardim infantil, 11 habitações sociais e as ruas calcetadas de Bom Sossego. Já os lançamentos de

primeira pedra de algumas obras estão programadas para o dia 3.

Do programa fazem parte ainda, torneios de futebol, voleibol, futsal, corrida de cavalo, corrida de burros, natação, regata a vela, vôlei-de-praia, bisca e uril, atletismo, ciclismo e basquetebol. De acordo com o vereador do pelouro dos desportos, Geraldo Pinto, essas actividades desportivas, que são organizadas todos os anos, vão fazer com que os mais jovens participem na festa “*que é de todos os boavistenses*”.

Silvia Frederico

Mais estádios, mais futebol

A Boa Vista vai poder contar, nos próximos meses, com mais quatro campos de futebol. Enquadrado nas festividades do dia do município, nos dias 2 e 3 de Julho a Câmara Municipal vai lançar a primeira pedra dos estádios das localidades de Rabil e de Estância de Baixo. Recorde-se que no sábado passado a CMBV inaugurou o estádio de Fundo das Figueiras, zona norte da ilha. Já as obras do Estádio Municipal deverão terminar em Outubro deste ano.

De acordo com o vereador da área de desporto, Geraldo Pinto, os dois projectos, orçados em 12 mil contos cada, prevêem a construção de balneários, bancadas e vedação interna. O estádios terão a dimensão exigida para jogos de futebol, mas com pisos de terra batida. As obras, informa Pinto, deverão começar logo depois do Festival da praia de Cruz – na segunda semana de Agosto – e devem estar concluídos oito meses depois.

Os boavistenses poderão contar ainda com mais um estádio nos próximos meses. Segundo Geraldo Pinto, as obras do Estádio Municipal, iniciadas em Dezembro passado, deverão terminar em Outubro deste ano. “*O piso já está feito. Estamos agora na fase da construção das bancadas e da tribuna. Em Setembro começa o arrelvamento*”, avança.

Além dos estádios, os desportistas da Boa Vista terão, a partir do dia 2 de Julho o polivalente da Vila Sal-Rei. O espaço, considerado um dos melhores polivalentes do país, tem bancadas com cadeiras, oito lojas comerciais, balneários, gabinetes para associações desportivas e piso com resina.

Conforme salienta o vereador, a construção de mais estádios de futebol é “*mais uma aposta no desenvolvimento do desporto na ilha. Queremos os nossos jovens, de todas as localidades, a praticar o desporto. Boa Vista possui povoações dispersas, por isso queremos contruir mais espaços desportivos para dar oportunidade a todos*”, salienta. SF

Mindelo pronta para festival da Juventude



A cidade do Mindelo vai ser “*sacudida*” a partir das dezasseis horas do dia 1 de Julho quando arrancar, em força, a terceira edição do Festival Nacional da Juventude. Exactamente a essa hora, grupos desportivos e culturais dispersos por pontos estratégicos da cidade iniciarão, ao mesmo tempo, uma série de actividades para assinalar essa maratona da juventude, que acontece de 1 a 29 de Julho. Esses grupos serão depois convidados a seguir uma batucada de setenta e cinco tocadores até à Praça Nova e praia da Lajinha, onde o Secretário de Estado da Juventude fará a abertura oficial do

evento. O resto do dia será preenchido com actuações musicais.

“*Quisemos introduzir alguma inovação neste festival, algo que pudesse mostrar a evolução do evento. Recebemos propostas de grupos e de particulares, que servirão para enriquecer o programa*”, explica um membro da organização do evento, que perspectiva um festival dinâmico e diversificado, enfim, marcante.

Sob o lema cidadania, o festival comporta um leque variado de actividades – desde acampamentos para incentivar o cuidado com o meio ambiente, passando por acções de voluntariado e desporto,

teatro, noites de poesia, exposições de fotografia, dança, tendas recreativas, concursos literários, serenatas e palestras.

Uma das actividades que promete chamar a atenção, pela sua novidade, é o concurso de inovação tecnológica. A ideia, segundo a nossa fonte, é levar os “*inventores*” a exporem as suas criações. “*Há pessoas com uma enorme capacidade criativa e que às vezes inventam coisas interessantes. Vejamos o caso do engenhoso Tinéné. Soubemos de uma criança que estava a usar uma bicicleta de quatro rodas; o Isecmar já inscreveu sete trabalhos técnico-científicos*”, elu-

cida a organização, que pretende deixar ao público o poder de votar no trabalho mais interessante.

A nível desportivo, o programa inclui torneios de andebol, futebol-de-areia, *basketball*, regata, demonstração de ginástica, desporto radical, artes marciais e uma prova nacional de boxe. Quanto ao aspecto cultural, a oferta abrange o festival Danças Vivas, teatro – homenagem ao grupo Juventude em Marcha –, musica, poesia... Enfim, Mindelo vai estar completamente animada ao longo do mês de Julho, em todas as vertentes. Kim-Zé Brito

Espanhóis investem no sector de saúde

Cabo Verde vai ter dois Centros de Medicina Diagnóstica por Imagem (CMDI) de alta tecnologia, sendo um a funcionar na Praia e o outro em São Vicente. A iniciativa é da recém-criada empresa Clínicas Monte Cara- Serviços e Cuidados de Saúde, SA, um empreendimento nacional promovido em parceria com o grupo espanhol Clínicas San Roque (www.clinicasanroque.com), que é a maior firma privada na área de saúde das Canárias.



Cabo Verde vai ter centros de medicina diagnóstica por imagem

A novel sociedade, cujo estatuto foi publicado recentemente no Boletim Oficial, constituiu, já o seu corpo gerente. O presidente do Conselho de Administração é o líder do Grupo Clínicas San Roque, Mário Rodriguez Rodriguez, que concluiu, sábado último, uma visita de dois dias a Cabo Verde. O irmão deste, António Rodriguez Rodriguez, é um outro membro do CA, juntamente com o administrador-delegado Guilherme Flor que, junto com médicos nacionais, promoveu a iniciativa.

Sete milhões de euros é o montante global de investimento que a Clínicas de Monte-Cara vai realizar, proximamente, em Cabo Verde. De imediato, vai construir dois Centros de Medicina Diagnóstica por Imagem, sendo um na cidade da Praia e outro em S.Vicente. O arranque das duas obras só espera que as Câmaras de Praia e de São Vicente disponibilizem os terrenos que a empresa quer comprar para ali instalar os dois centros. Mas as previsões optimistas

apontam para o próximo ano.

Guilherme Flor garante que os dois centros de diagnóstico serão equipados com equipamentos de alta tecnologia. O de S.Vicente será composto por uma sala de RX digital e convencional; Uma sala de Tomodensitometria e Ressonância Magnética; Um equipamento de Ressonância Magnética Móvel, que poderá ser deslocado periodicamente às restantes ilhas. Terá ainda salas de ortopantomografia, Densitometria, Mamografia, Ecografias e para Electrofisiologia médica: ECG, EEG, EEG e prova de esforço.

O administrador-delegado do CMC anuncia que, enquanto se aguarda a construção da sede, a firma vai até Setembro próximo o mais tardar, começar a prestar serviços de Ressonância Magnética. Para isso já tem em seu poder um equipamento móvel está em negociação um protocolo a ser estabelecido com o Hospital Baptista de Sousa, onde o mesmo será instalado. “Dois

técnicos nossos seguirão este mês rumo às ilhas Canárias, a fim de receberem formação nos hospitais e centros de diagnóstico do Grupo San Roque em Las Palmas. Os Centros de Medicina Diagnóstica por Imagem a serem instalados em Cabo Verde serão tele-assistidos pelos especialistas do grupo no concernente à produção de relatórios. Os médicos detentores de Internet podem aceder ao nosso servidor para analisarem e fazerem o ‘download’ dos ficheiros dos seus pacientes, cujos exames tenham solicitado”, salienta o entrevistado de o **A Semana**.

A mesma fonte acrescenta que a firma Clínicas Monte-Cara estará, inicialmente, vocacionada para fazer os exames diagnósticos por imagem ainda deficitários ou inexistentes em Cabo Verde. Pretende também trabalhar em complementaridade com os hospitais e prestadores de serviços de saúde no país, como são os casos dos consultórios médicos, INPS, empresas

seguradoras e Ministério da Saúde.

“O funcionamento da firma Clínicas Monte-Cara trará grandes vantagens para o país. Contribuirá para diminuir a lista de espera dos doentes nos hospitais, reduzir os custos sociais e financeiros de saúde e minimizar não só as evacuações de nacionais como também o tempo de tratamento destes no estrangeiro”, perspectiva Guilherme Flor.

O capital social da dita sociedade é maioritariamente detido pelo Grupo San Roque, que é a firma privada da área de saúde de maior dimensão nas Ilhas Canárias e uma das maiores de Espanha. O referido grupo é dono de dois Hospitais de 400 camas cada em Las Palmas, onde tem também a funcionar um lar para idosos com uma capacidade superior a 100 camas e uma escola de formação de técnicos para várias áreas, entre as quais se destaca a licenciatura em enfermagem.

Alirio Dias de Pina

REAJUSTAMENTO SALARIAL

‘Timing’ estipulado pelo Siscap expira este mês

O prazo estipulado internamente pelo Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio e Administração Pública para que as empresas, institutos e serviços procedam ao ajustamento salarial para 2007, com retroactivos a Janeiro, expira este fim do mês. E as perspectivas não são muito animadoras, de acordo com Julião Varela, que já pensa em reunir os trabalhadores para discutir com eles outras formas de pressão.

De acordo com este sindicalista, na sequência da deliberação da última reunião extraordinária do Conselho de Concertação Social (CCS), o Siscap está a discutir com empresas e serviços os ajustamentos salariais para o ano em curso. “Nesta reunião, o governo assumiu o compromisso de introduzir a correcção de 2,9% no orçamento para 2008, com a desculpa de que não era viável aprovar um orçamento rectificativo apenas para corrigir esta diferença. Mas o sindicato entendeu que com as empresas

seria diferente e está a cobrar a correcção, até porque a taxa de inflação é de 4,4%”.

E é nessa base que o Siscap já negociou com o IFH, que decidiu aplicar a partir deste mês de Junho um reajuste de 3,9%, com efeito retroactivo a Janeiro. “Já reunimos com outras empresas que estão a mostrar alguma resistência. É o caso da Emprofac, que justifica a demora na aplicação do reajuste salarial com o facto de ainda não ter realizado a sua assembleia-geral. Também vamos retomar as negociações com a Electra”, diz Varela.

Mais complexa é, afirma aquele entrevistado, a situação das empresas de segurança privada pelo que o Siscap já solicitou mediação da Direcção-Geral do Trabalho para um encontro que deverá acontecer antes do final deste mês. O objectivo da reunião é discutir o reajuste salarial que será aplicado e outras situações pendentes. Também em relação às instituições do Estado, entre as quais o INGRH e o INE,

o sindicato pretende retomar o contacto.

“Já o Inida fez uma fuga em frente e aplicou, sem concertar com o sindicato, um reajuste salarial de 1%. Vamos reunir-nos com os trabalhadores nesta sexta-feira para apreciar a situação e decidir os próximos passos. No Inida existe ainda uma outra situação pendente que carece de análise, que é a não-integração dos seus trabalhadores – são cerca de 200 – no INPS. É o único instituto que não inscreveu os seus trabalhadores e vamos ter de pedir a intervenção do governo para resolver esta questão”, completa Varela, que aproveita para alertar as empresas e serviços de que o ‘timing’ estabelecido internamente pelo Siscap para a regularização dos salários expira no fim deste mês.

Findo o prazo, alerta, o Siscap pretende reunir-se com todos os trabalhadores de empresas e serviços para juntos decidirem que posição adoptar.

CP

Criminalidade baixa no Palmarejo



A esquadra do Palmarejo registou mais 19 casos de crimes contra pessoas no primeiro trimestre deste ano, isto em comparação com igual período de 2006. Segundo o relatório policial daquela entidade, verificaram-se 143 casos desse tipo de crime. No que toca aos crimes contra a propriedade, registaram-se 139 ocorrências entre Janeiro e Março de 2007, menos 30 casos que no ano passado.

António Jorge Andrade, comandante da Esquadra do Palmarejo, informou ao **A Semana** que *“actualmente, aquele bairro está mais calmo que nos anos anteriores, embora os casos de assaltos a viaturas continuem a ser frequentes, muito mais que a residências, que registam casos esporádicos. Neste momento, a polícia está a dar mais atenção aos roubos contra viaturas que, na maioria das vezes, acontecem por encomenda. É uma prática corrente entre os assaltantes”*.

A preocupação com o roubo contra viaturas, segundo aquele responsável da PN, acontece pelo facto de se verificar que o Palmarejo se tornou no local preferido dos ladrões. Isto por duas razões: o bairro é habitado por gente com mais posses. Outra constatação é que nessa zona da cidade, *“a maioria dos assaltos são protagonizados por jovens residentes de bairros bastante problemáticos como Achadinha, Lém-Ferreira e Tira-Chapéu”*.

Para isso, uma das grandes medidas adoptadas na esquadra do Palmarejo foi introduzir agentes à paisana, *“porque deste modo consegue-se neutralizar criminosos nas suas várias tentativas e manobras criminais”*.

A polícia está ainda atenta a um cadastrado residente no Palmarejo que segundo conta o nosso entrevistado, *“tem formado diversas quadrilhas para praticar assaltos. Este indivíduo já tinha sido capturado e apresentado ao tribunal, juntamente com um outro seu companheiro, Pasco,*

também bastante perigoso”, acrescentou. Só não se sabe como ele conseguiu voltar às ruas.

Por outro lado, e saindo do espaço do Palmarejo, a proliferação de indivíduos na posse ilegal de armas também está a preocupar a PN. Isto porque muitos deles andam armados tanto nas discotecas como nas principais artérias da capital. O roubo por esticção também é outro crime contra o qual a PN pretende actuar.

GUETOS URBANOS

Para o comandante António Andrade, a existência de guetos nos centros urbanos contribui em grande medida para os altos índices de criminalidade. As condições sociais não são das melhores, porque é nesses locais onde existe a maior taxa de desemprego, o que contribui para o aumento de crimes, no seu ponto de vista.

As disparidades sociais no mesmo

espaço, isto é, a desorganização social que a capital do país apresenta neste momento, também estimulam o crime. Os bairros degradados, sem estrutura urbana, onde as condições de saneamento básico são precárias, criam a oportunidade e motivam para o crime.

Para António Andrade, *“os bairros pobres estão cheios de becos que, de certa forma, dificultam a acção policial”*, porque quando os agentes vão capturar os delinquentes, por vezes os seus amigos desafiam a polícia com pedras e garrafas. *“E neste caso temos que agir com bastante cautela porque há vários inocentes em volta”*.

Entretanto a PN diz estar também preocupada com a Achadinha e Lém-Ferreira, localidades que constituem verdadeiras *“incubadoras de crime onde se registam várias ocorrências relacionadas com a posse ilegal de armas”*, além do tráfico e venda de drogas a luz do dia.

Edgar Jorge

ILIBADOS, SEIS CIDADÃOS AMEAÇAM PROCESSAR O ESTADO

Seis pessoas julgadas por furto e receptação pretendem processar o Estado por danos morais e à sua imagem pública. O grupo foi considerado inocente das acusações pelo Tribunal de São Vicente e agora quer exigir uma reparação por parte do Estado de Cabo Verde. *“O processo tinha doze arguidos, 28 testemunhas e 32 ofendidos. Apenas um dos réus ficou a aguardar julgamento na prisão. Dos arguidos, seis foram condenados e seis ilibados porque ficou provado que não cometeram esses crimes. Estas seis pessoas é que agora querem processar o Estado, pois ficou provada a inocência delas”*, explica o advogado Armindo Gomes, para quem os

ofendidos têm tudo a favor para conseguirem uma indemnização pelos danos, o que pode ascender a duzentos contos por cabeça.

Segundo Gomes, os cidadãos não têm por hábito exigir reparações do Estado quando são injustamente processados, por pensarem que o Estado é intocável ou que detém o poder absoluto, nomeadamente no sector da Justiça. *“Ora, os juízes são independentes e têm nas mãos o poder de julgar e condenar, inclusive o Estado”*, acrescenta o jurista, que critica também a forma como alguns dos visados foram incluídos na lista de suspeitos pela Judiciária. Trata-se nalguns casos de pessoas que constaram como receptadoras

de objectos roubados.

No entanto, na perspectiva do jurista, esses *“receptadores”* foram alvo de uma burla por parte das pessoas que lhes passaram os produtos roubados. Como explica, adquiriram os produtos numa base de confiança e não conscientes de estarem a comprar objectos roubados. *“Na realidade foram sim vítimas de uma burla e deveriam ser consideradas ofendidas e não constituídas arguidas no processo”*, defende Armindo Gomes, que está a analisar a forma como vai representar os interesses do grupo dos inocentados nessa acção contra o estado de Cabo Verde.

KzB

Suposto “comparsa” de Caló detido em Portugal

Um dos *“homens da droga”* mais procurados a nível internacional já se encontra preso, na Praia. No passado dia 3 de Maio, a Polícia Judiciária portuguesa deteve em Portugal o cidadão cabo-verdiano Zé Dego, um dos presumíveis donos dos 2,054 kg de cocaína apreendida em Agosto do ano passado no Aeroporto da Praia, na posse de Caló, então comissário de bordo da TACV.

De acordo com as informações da PJ, o empresário é

suspeito de pertencer a uma rede internacional de tráfico de drogas e lavagem de capitais e era procurado pelas autoridades judiciais de diferentes países. *“Ele já era conhecido internacionalmente, na França, Holanda e Portugal”*, acrescenta uma fonte policial.

Conforme a nossa fonte, depois da detenção de Caló, o empresário terá fugido do país. Tempos depois foi visto em Portugal. *“Através de um acordo de cooperação jurídica e judiciária existente entre Portugal e Cabo*

Verde em matéria civil e penal, emitimos um mandado de detenção internacional e ele foi logo detido”, explica.

A pedido das autoridades judiciais cabo-verdianas, a extradição foi efectuada pela Interpol cabo-verdiana. Zé Dego chegou a Cabo Verde no dia 19 último, foi logo depois apresentado ao Tribunal Judicial da Comarca da Praia. Neste momento encontra-se preso na Cadeia Civil de São Martinho à espera de julgamento.

Esta operação, segundo a PJ, ocorreu no âmbito de investigações por tráfico internacional de drogas e lavagem de capitais que vêm sendo desenvolvidas pela Secção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária Nacional, na sequência da qual foram anteriormente detidos dois cidadãos nacionais, entre eles, o referido comissário de bordo da TACV.

O assistente de bordo foi preso pela PJ em flagrante delito,

com mais de dois quilos de cocaína e retirado de dentro de um Boeing da transportadora aérea cabo-verdiana quando seguia, em serviço, para Amesterdão, Holanda. Um mês depois, Carlos Navy Correia, detido em São Martinho, conseguiria fugir, quando foi levado ao Hospital Agostinho Neto, alegando uma indisposição momentânea. Dias depois seria recapturado na ilha da Boa Vista. Caló já foi julgado e condenado a 3 anos e 7 meses de prisão.

O CLUBE DE GOLFE NÃO ESTÁ NEM PODIA ESTAR À VENDA

O Doutor Antero Barros presta um grande tributo ao Clube de Golfe de São Vicente com o seu artigo, ao nos permitir usar o nosso direito de resposta. Podemos ser acusados de sonhador mas os meninos de pés descalços jogam no meu minigolf de relva sintética e todos os que o quiserem fazer de forma gratuita pois esta é a forma que entendi por enquanto de incentivar a prática do Golfe em São Vicente. No ano de 1973 eu, (João Lizardo), o Vavá (Osvaldo Rendall), o Babe (Jorge Oliveira) e o Nhonhas (Jorge Spencer) fundamos um Clube de golfe sob o nome de "Gulfim" em que o Sr. Dull não se cansava de nos chamar a atenção pois o nosso campo de 9 buracos era dentro do território do Clube de Golfe, mas por portas travessas elogiava a nossa iniciativa.

O sócio número 1 cita o livro de honras do Clube de Golfe de São Vicente. O Faia Torres assina o livro no dia 28 de Maio de 1947, depois assina o Duarte Fonseca, bem depois assina o José Figueira e o José Fortunato, e no dia 23 de Outubro de 1949 o sócio-fundador do Clube de Golfe têm acesso ao livro e pôs a sua assinatura seguido de Eduardo Andrade, Florêncio Santos, José Dias e tantos outros.

No dia 6 de Maio de 1984, o Dr. Antero de Barros escreve no livro de honras o seguinte: "Como um pai que, após longos anos de separação, revê um filho querido, em 5 e 6 de Maio de 1984, capitaneando a equipa do Clube de Golfe e Ténis da Praia senti a mística do velho "Lord de S. Vicente" no seu filho "Club de Golf de S. Vicente".

Estou numa posição privilegiada em relação ao Dr. Antero de Barros. Eu conheço-lhe-o mas ele não me conhece. Como professor universitário digo sempre aos meus alunos: "Ter um certificado ou diploma não é nada face ao encargo de o sustentar".

Na minha formação de base como Oficial da Marinha Mercante sempre nos disseram o Comandante, nunca, em circunstância alguma abandone a vossa tripulação". Diziam no entanto, "tenha sempre em mente a possibilidade da tripulação lançar ao Capitão no mar". E diziam mais, "fique no entanto tranquilo pois a história reza que todos aqueles que lançaram o Capitão ao Mar não chegaram no próximo Porto".

O sócio-Fundador, Presidente e Capitão abandonou a sua tripulação e não cumpre com o requisito básico de pagar a sua quota mensal há pelo menos vinte e cinco anos.

Sou sócio do Clube de golfe desde 1982 lidero a Direcção e somos uma equipa de pessoas que transmitem valores positivos aos seus filhos, aos seus alunos, aos seus amigos, aos familiares e à sociedade em geral. Em circunstância alguma, estas pessoas que fazem das suas casas e do local do trabalho verdadeiros escritórios a serviço do Clube de Golfe, pagam as suas quotas, sacrificam o seu precioso tempo para permitir que aqueles que pagam 10\$00 por dia na qualidade de sócios de plenos direitos, tenham acesso a um campo de golfe e de ténis, devidamente cuidado e limpo, luz, água, sabão, papel higiénico, Club House, e um calendário desportivo rigorosamente cumprido, possam ser chamados de "um grupo de intrusos e de oportunistas que querem enriquecer-se vendendo um património para o qual não deram o mais pequeno contributo". Sr. Antero de Barros, nós somos ricos e já o tinha dito há mais de vinte anos ao meu irmão mais novo que aos 50 anos eu seria rico. Portanto pode estar descansado que este grupo de oportunistas não vai enriquecer-se vendendo o que não lhes pertence. Eu digo para

o mundo inteiro ouvir que "O Clube de Golfe não está à venda".

Quem, no seu programa eleitoral, tem projecto de escola de Golfe com o nome Escola de Golfe e Ténis do Mindelo, fala de parceria para a construção de um resort turístico de golfe, arrelvamento do campo e construção de instalações técnicas, que diz estarmos perante uma oportunidade histórica de ter um clube de golfe de elevado padrão inserido nesta maravilhosa zona de expansão natural da cidade do Mindelo, sob a gestão da actual Câmara Municipal de São Vicente e que diz que esta direcção executiva só o é de facto quando mandatado pela nobre assembleia ao abrigo dos nossos estatutos, que propõe ser atribuído o título de sócio vitalício aos actuais sócios permitindo-lhes utilizar todas as instalações desportivas e sociais do clube a troco do pagamento de uma quota simbólica, quem escreve no livro de honras "Deus abençoe este livro e o Clube de Golfe de São Vicente" não pode vender o que não lhe pertence. O Clube de Golfe pertence aos Cabo-verdianos.

No dia 6 de Abril de 1940, o Governador da Colónia de Cabo Verde no uso das faculdades que lhe são atribuídas mandou publicar no Boletim Oficial entre outros o seguinte:

1º Que seja classificada como zona do turismo na Ilha de São Vicente a faixa de terreno compreendida entre coordenadas tais...

2º Que a faixa de terreno mencionada seja entregue a uma associação desportiva com o fim de dar incremento ao turismo em São Vicente criando e organizando desportos que atraíam os turistas

3º Que sendo o golfe um desporto hoje universal jogado pela maioria dos passageiros que ali tocam, seja fundado na cidade do Mindelo um Club de Golf cujos estatutos serão os seguintes:

Art. 1º É fundada na cidade do Mindelo uma associação desportiva denominada Club de Golf de S. Vicente composta por um número ilimitado de sócios. (Significa que há 67 anos os sócios e os administradores do Clube de Golfe estão a contrariar o desenvolvimento previsto pelo Governador da Colónia de então).

Uma das fotografias que ilustra o feliz artigo do Dr. Antero de Barros ao nos permitir fazer esta abordagem foi tirada nos terrenos pertencentes ao Clube de Golfe de São Vicente. Significa que o prédio ali construído ocupou indevidamente os terrenos do Clube de Golfe e ninguém reagiu. Quando o Engenheiro Póvoa pôs uma cerca de arame e portão de acesso o fez porque sabia que mais cedo ou mais tarde iriam delapidar os terrenos do Clube. Nesta reacção não quero citar nomes de empresas que estão indevidamente situadas dentro dos terrenos do Clube de golfe mas não hesitarei em o fazer publicamente, embora esteja a olho nú para quem quer ver e tenha memória. Jamais o Clube de Golfe foi remunerado nem o podia pois os terrenos do Clube não estão à venda. Neste artigo sou obrigado a dizer que o clube sobrevive com cerca de 500 contos anuais provenientes das quotas dos sócios que o fazem. Estranhamente são os sócios que não têm as suas quotas em dia, que não participam das actividades sociais e desportivas do Clube, os que de forma incauta nos criticam mas "falar ou escrever sem informação é uma grande traição à faculdade que Deus nos deu e que nos distingue dos restantes animais ou seja o "livre arbitrio".

Os nossos estatutos dizem o seguinte: São deveres dos sócios

1 Adquirir uma cópia dos estatutos

2 Pagar a quota mensal estabelecida pela direcção

3 Perde o direito de ser sócio aquele que não pagar as suas quotas por mais do que três meses.

Eu não gostaria de concluir que existe uma tentativa velada de estrangular o Clube e desmotivar aqueles que verdadeiramente vêem no Golfe valores que ultrapassam o desporto. No nosso discurso de tomada de posse (Junho de 2006) dissemos:

"A honestidade, a dignidade, a disciplina, o fairplay e a nobreza da prática desportiva deverão nortear o futuro do nosso Clube, visando preservar uma herança de excelência, para as gerações vindouras."

Entre os diferentes projectos apresentados aos sócios do Clube de Golfe em Assembleia Geral datada de 27 de Abril de 2006 para a eleição dos corpos gerentes constava

1. Realização dos estudos do resort turístico
2. Reabilitação do Club House
3. Campo com standard internacional
4. Parceria para construção de um resort turístico de golfe
5. Arrelvamento do campo e construção das instalações técnicas
6. Escola de Golfe e Ténis do Mindelo

Os sócios votaram a nossa lista porque entenderam e perceberam que, face à dinâmica de desenvolvimento da Ilha de São Vicente e com projectos de campos de Golfe relevados com standards internacionais a surgirem no Flamengo, em Saragaça, Palha Carga, Baía das Gatas, Salamansa, que o nosso Clube tem que dar esse salto qualitativo e continuar a ser o líder do Golfe em Cabo Verde justificando assim a sua qualidade de instituição de utilidade pública com mais de 100 anos de funcionamento.

Agora aparece um grupo que quer impedir o avanço dos nossos projectos, dizendo para ficarmos como estamos, porque somos o único no mundo, porque os "meninos de pés descalços do Dji D' Sal, do Monte, e do Monte Sossego deixam de poder jogar golfe, porque os outros é que são bons". não, meu amigo Antero Barros e colaboradores. Os cabo-verdianos são inteligentes não são subservientes. Os meninos de pés descalços do Dji D' Sal, do Monte, e do Monte Sossego não podem ser condenados a ficarem pés descalços para sempre. Enquanto líder da Direcção do Clube de Golfe de São Vicente, continuo a sustentar o projecto, que foi aprovado na última assembleia-geral, com toda a certeza teremos a Câmara Municipal de São Vicente e o Governo de Cabo Verde como nossos parceiros estratégicos no seu desenvolvimento e implementação. No passado dia 15 de Maio de 2007, tivemos a honra e o privilégio de endereçar algumas palavras ao legendário do Golfe Mister Jack Nicklaus, a quando da sua visita ao nosso Clube. Este disse para todos ouvirem "com a tecnologia existente, o que estão à espera para relvar o campo"?

Basicamente o projecto está assente em três pilares:

1. Será construído um campo de Golfe com Standard Internacional desenhado por Severino Ballasteros, e um Clube House a condizer localizados nos terrenos da amendeira e encosta, que serão entregues ao Clube como sua propriedade, com manutenção do arrelvamento por um período de dois anos. (Portanto continuaremos a ser senhores e donos do nosso Clube de Golfe. Se não pudermos suportar a relva passará novamente à situação de campo pelado)

2. O Clube terá um Administrador permanente na sociedade a constituir, 15 a 20 % de acções no empreendimento imobiliário independentemente dos valores do investimento. (isto é, quanto maior o investimento maiores serão os retornos para o Clube de Golfe e participará activamente em todas as decisões que vierem a ser tomadas)

3. O Clube pode invocar e requerer a reversão da propriedade transmitida à sociedade no caso de esta não iniciar as obras de construção do campo desde que decorram três anos, contados a partir da aprovação do projecto de urbanização por parte da Câmara Municipal de São Vicente.

Pelo exposto nos três pontos acima, nota-se claramente que o Clube de Golfe não fica sujeito a quaisquer riscos e o projecto foi apreciado e recomendado por uma comissão técnica composta por um jurista, um arquitecto, uma engenheira, um economista e um técnico de máquinas com larga experiência na prática da modalidade, todas elas pessoas da nossa confiança, sérias e idóneas residentes e amigos de São Vicente que tudo farão para termos uma cidade com mais qualidade.

Se o Dr. Antero Barros e os amigos do golfe nos sugerirem para deixarmos um ou dois buracos para fazerem parte do Museu de Golfe que vamos ter no antigo Clube House deixado pelos Ingleses, aí sim estariam a colaborar connosco. Nós respeitamos a memória dos nossos sócios e certamente não sairão das suas covas só pelo facto de sermos ousados e empreendedores e com visão para o futuro. O calendário desportivo deste ano prevê homenagem ao sócio Ti Djó Dias, prestou uma justa homenagem ao nossos grande amigo Lulu Fragoso no passado sábado 23/Junho de 2007 e fará uma homenagem ao nosso grande Florêncio Santos na segunda semana de Agosto do corrente ano, a pedido dos seus amigos residentes na Holanda.

Quem for ao Clube de Golfe percebe o entusiasmo e a dinâmica que estamos a transmitir à prática do golfe com uma comissão técnica motivada, com jovens de todas as idades a praticarem a modalidade com torneios inéditos (o inter empresas, em comemoração ao dia do trabalhador contou com a participação record de 68 jogadores), ao longo da nossa época desportiva entre os meses de Novembro a Julho de cada ano. Se tudo correr bem, teremos um dos nossos jovens o Litson Amador, a representar o Clube de Golfe de São Vicente em três torneios oficiais na Holanda entre os dias 14 de Julho a 15 de Agosto do corrente ano, o que será uma grande oportunidade para mostrar que, mesmo sem escola de golfe, temos um grande golfista a nos representar com dignidade.

Por fim digo ao Dr. Antero de Barros, que o tempo é um dos maiores recursos que nós temos. Nós não devemos desperdiçá-lo só pelo facto de não o pagarmos. No entanto espero que estas horas que eu perdi na redacção desta pequena nota em reacção à vossa datada de 19 de Junho de 2007, sirva para esclarecer os cabo-verdianos e os sócios do Clube em particular que o Clube de Golfe não está à venda e que não sobreviveremos com 10\$00 por dia resultante das quotas dos sócios que o fazem.

Mindelo, 26 de Junho de 2007

João M. Lizardo
Comandante da Marinha Mercante
Mestre em Gestão dos transportes marítimos, Mestrando
e Pós-Graduado em Gestão do Desenvolvimento e da Coopera-
ção Internacional
Presidente do Clube de Golfe de São Vicente

Resposta ao artigo djarfogo e a auto-promoção política de Artur Domingos



ALBERTO NUNES*

Li no Jornal **A Semana** de 15 de Junho de 2007, página 26, um artigo assinado pelo senhor Artur Domingos cujo título é Djarfogo e a Auto-Promoção Política. Entendi que a intenção dele era a de contrariar o meu artigo A Ilha do Fogo e a "Morte" da Sociedade Civil, publicado neste mesmo jornal no dia 18 de Maio de 2007, página 17. O senhor, ao invés de contrariar factos com factos, desmentindo o que eu disse, resolveu desvalorizar-me e ofender-me. O texto é, na verdade, para qualquer leitor atento, um atentado à minha pessoa. Penso que o Senhor Artur não sabe que para escrever é necessário ter dados e factos concretos e, sobretudo, capacidade de expô-los e analisá-los de forma coerente e lógica. Um dos requisitos para interpretar o que alguém escreve é a capacidade de entendimento. Por aquilo que entendi, penso que o senhor não leu o meu artigo, ou leu e não entendeu, ou teve pressa em responder e não teve tempo suficiente para se documentar, ou essa documentação não existe para contrariar o meu texto. Peço-lhe que leia o meu artigo supostamente criticado por si e perceba que não conseguiu dizer nada.

Senhor Artur, ninguém nasce homem e ninguém nasce intelectual. Quer um, quer outro, se constroem durante a vida. Nesta óptica, devo dizer-lhe o seguinte: os articulistas citam frases de pessoas com responsabilidades política e/ou académica porque, pela leitura, contactam com boas ideias, bons livros, bons artigos... e fazem essas citações usando aspas no início e no fim e colocando o nome do autor da frase. Este procedimento é ético, científico e espelha honestidade intelectual. O que não é ético, nem científico e nem tão-pouco espelha honestidade intelectual é assinar texto produzido por outros sem citar os nomes dos autores. Outrosim, eu sou credenciado pela Universidade de São Paulo (USP). O senhor já ouviu falar dessa Universidade, considerada a maior e melhor da América Latina? Falo com dados concretos e objetivos e isso diferencia a minha posição da sua. Onde o senhor estudou?

Ao ler o segundo parágrafo do texto assinado pelo Senhor, pude ver com evidência que não houve uma reflexão antes da sua escrita, pois o conteúdo deste parágrafo contradiz todo o "seutexto". O senhor Artur, ao tentar desvalorizar-me, desrespeitar-me e tirar o meu mérito não percebeu que tudo

isso se tratava meramente da sua opinião pessoal imbuída de preconceito.

Quer no segundo, quer no terceiro parágrafos, o senhor Artur deixa transparecer em relação à minha pessoa aquilo que a cantadeira Ana Procópio disse no início do século XX e que, de certa forma, caracteriza um grupinho no Fogo "quenha é bo na curral d'ochô...?" Teixeira de Sousa, na sua obra Ilhéu de Contenda, soube muito bem retratar o preconceito existente na ilha do Fogo. Lembra-se da moça, personagem do Ilhéu de Contenda que ia ser operada tendo a família ficado preocupada para saber se era o Doutor Branco que a iria operar ou o doutorzinho negro? Senhor Artur, tenho plena consciência de que se eu fosse de outra ilha ou de outro país o senhor chamar-me-ia de historiador, professor, entre outros títulos... Entendo perfeitamente o seu comportamento preconceituoso.

Relativamente à reunião na Vila de Cova Figueira gostaria de lhe sugerir o seguinte: para a próxima quando pretender assinar qualquer texto escrito informe-se primeiro dos factos contidos nele. Se o senhor bem se lembra, na plateia havia dois grupos: um dos delegados e outro dos convidados. Todos os dois muito bem identificados. Todos os presentes apresentavam crachá e eu como um dos convidados tinha o meu crachá de convidado. Não apareci como o senhor tenta fazer passar. Evoque a sua memória e veja lá se se lembra, pois trata-se de honestidade intelectual. Deve ter muito cuidado ao tentar reproduzir o discurso de outro! O que eu disse e que sempre tenho estado a dizer é que ideologicamente me encaixo dentro do PAIGC/CV e que não tenho razões para não o ser. Isto é verdade tendo em conta o princípio ideológico da fundação deste partido: partido de esquerda, revolucionário, da unidade africana, da Justiça e do progresso para todos... Devo também dizer-lhe que assim como o senhor e o grupo que pretende defender, encaram o PAIGC/CV e o transformaram, tenho sérias dúvidas que o próprio Cabral se identificasse com este novo partido que é típico do seu grupo. Neste não me encaixo e esta afirmação não é falsa nem contraditória.

Djarfogo não precisa de gente retrógrada, casmurra, oportunista... mas acredito e defendo que devem aparecer mais pessoas iluminadas nesta ilha e em São Filipe para os libertar, e às suas gentes deste labirinto em que o senhor e o seu grupo os meteram.

O Senhor Artur já ouviu falar da relatividade da periodização em história? Pelos vistos, penso que não. Leia alguma coisa, consulte alguém, principalmente os mais esclarecidos antes de assinar qualquer texto, porque, assim como procedeu não fica bem. Relativamente à palavra democracia usada no texto assinado por si, eu não vou comentar, pois, o senhor e eu, temos concepções absolutamente opostas acerca desse conceito. Qualquer pessoa mais culta sabe bem disso. As características da sua democracia são: cimento, verguinha, dinheiro, emprego, inaugurações, lançamento das

primeiras pedras nas vésperas das eleições, interesses pessoais, etc. No meu conceito de democracia essas características não entram.

Lamento muito, mas muito mesmo que ainda em pleno século XXI no Fogo ainda existam pessoas que continuam presas ao binómio PAICV/MPD. Senhor Artur, a sociedade cabo-verdiana não se resume a estes dois partidos. Acorde! Na democracia, mas não na sua, cada cidadão tem a liberdade de ser o que ele quiser, sem ser prejudicado por quem quer que seja, aliás, a nossa Constituição no artigo 23 reserva isso. A questão de ser PAICV/MPD é um problema que pertence a um grupinho de pessoas, principalmente aos funcionários do partidos ou de algum governante. Outra coisa que o senhor deve ter clara na sua mente é que eu não sou obcecado pelo poder nem por cargos de chefia. Se ainda não ocupei nenhum cargo de chefia não é por falta de competência, aliás, as pessoas mais esclarecidas do Fogo sabem os motivos que impedem qualquer quadro nesta ilha de ocupar cargos de chefia.

O Senhor ousou ensinar-me a construir história. Sei que nesta área tenho muito que aprender. Vivo inquieto, buscando documentos e alguém com condições para me ensinar. Tenho sede de aprender, aliás, é uma das coisas que mais gosto na minha vida. Penso que esse alguém não vai ser por enquanto, o senhor. No entanto, se um dia o senhor resolver abrir uma escola na sua especialidade que não sei qual é, e se eu pretender aprender essa especialidade irei, humildemente, matricular-me na sua escola.

Aprendi a amar muito cedo. Fui à catequese e fui catequista. A inveja e o ódio não fazem parte da minha índole. Procure saber! Agora, devo dizer-lhe que não suporto a mentira, a máscara, a vingança, a injustiça... A luta que eu desencadeei e que vou continuar não é para me promover politicamente, como o senhor tenta fazer passar. O meu combate é pura e simplesmente contra a falsidade, a injustiça, o espírito de vingança, a proteção da minoria em detrimento da maioria... Qualquer observador atento e capaz ao ver o senhor e o grupo que representa a fazer política fica sem prazer de fazê-la.

Quanto ao trabalho, gostaria de lhe informar que comecei a trabalhar com apenas quatro anos de idade. Ultrapassei montanhas, ravinas, tempestades para chegar onde estou. Luto todos os dias, faço tudo com amor, carinho, respeito e responsabilidade. Sempre encarei a minha profissão como missão e motivo todos à minha volta para fazerem o mesmo. Estive, estou e estarei sempre disponível a colaborar com aqueles que mais precisam. Não se esqueça nunca que há quem trabalhe a vida toda e consiga sobreviver e há quem trabalhe quinze dias, circunstancialmente, fique rico. Chamou-me de malandro. Interpreto esta expressão à luz do meu entendimento, pois entendo que não sabe o que diz. Deus sempre nos pediu para perdoar àqueles não sabem o que fazem e o que dizem. Está perdoado! Não posso dizer-lhe a mesma coisa porque

não tenho provas nenhuma em relação a si e tenho por princípio não dizer coisas das quais não tenho provas pois a minha formação académica, humana e pessoal não me permite tal. No entanto, chamo a sua atenção para rever o seu passado e o seu presente!

Anualmente, senhor Artur, costumo fazer duas ou três viagens à volta da ilha do Fogo com os meus alunos. Faço semanalmente o percurso São Filipe - Cova Figueira - Mãe Joana. Conheço a minha ilha. Peço-lhe para reler o artigo A Ilha do Fogo e a "Morte" da Sociedade Civil, talvez, desta poderá entender que eu reconheci os trabalhos feitos pela Câmara de São Filipe. Disse no meu artigo que em todas as localidades que hoje constituem Município de Santa Catarina e das que constituem Município de São Filipe encontramos uma marca do Presidente da Câmara de São Filipe e podíamos dizer muito mais.

Como já fiz o percurso que o senhor me pediu, aliás, é através dele e não só que me senti motivado e munido de dados para escrever o artigo mencionado, gostaria de o convidar a fazer esta viagem, depois tente fazer outra para a ilha de Santiago, passeando alguns dias pela capital, apanhando uma hiace para o interior até Assomada. Não pare! Continue! Apanhe um avião ou barco e vá até São Vicente, Sal e faça outro passeio para o aeroporto da Boa Vista e quando voltar para o Fogo fale comigo. Não se esqueça que Santiago e Fogo têm uma diferença no povoamento de apenas vinte e poucos anos e as outras mencionadas foram povoadas dois séculos depois do Fogo.

Deve rever o seu conceito de crítica. Nem sempre quem critica é contra. Crítico a minha família, a minha escola; crítico meus colegas e eles criticam-me. Mas, se que sou contra a minha família e a minha escola? Será que sou contra os meus colegas e eles são contra mim? A crítica visa, entre vários outros aspectos, atingir a perfeição, a prudência, o equilíbrio, a justiça... Não deturpe os conceitos em função dos interesses!

Gostaria ainda de lhe dizer o seguinte: não recebo lição científica, moral, ética de quem não tem esses atributos. Gostaria ainda de lhe dizer que aprendi muito cedo a viver na diferença, aliás, sou católico, praticante e os meus melhores amigos são os cristãos adventistas, nazarenos etc. Um verdadeiro democrata deve e tem de saber viver e ultrapassar as diferenças. Se não o souber é porque é outra coisa e não democrata.

Enquanto o senhor luta para que só o senhor e o grupo que defende se sintam orgulhosos de serem djarfoguenses, eu pugno para que todos nós sejamos djarfoguenses com orgulho.

Tudo o que fiz, estou e irei fazer é para o bem do Fogo e da sua gente e nunca para a minha promoção política. A crítica é meu dever como intelectual. Cumpro este dever com amor e determinação. Não responderei a nenhum comentário do tipo assinado pelo senhor ou por qualquer outro "anónimo" cujo conteúdo seja de igual qualidade.

Cidade de São Filipe, 19 de Junho de 2007

Professor/historiador